



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2017

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL | CABO VERDE

AGENDA 2030



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2017

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | CABO VERDE

AGENDA 2030

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
Vice-Presidente	Celso Hermínio Soares Ribeiro
Diretora Administrativa	Maria Gorete de Carvalho
Departamento	Divisão de Estudos, Planeamento e Coordenação Estatística
Edição	Instituto Nacional de Estatística Av. Cidade de Lisboa, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Para mais informações	Nereida Moreira Tel.: (238) 261 3960 / 3827 Fax: (238) 261 1656 Email: nmoreira@ine.gov.cv
Data Publicação	Novembro 2018
© Copyright 2018	Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICES

ENQUADRAMENTO	5
Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	6
Objetivo 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	15
Objetivo 4. acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	25
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.....	35
Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.....	41
Objetivo 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos	43
Objetivo 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	45
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	56
Objetivo 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	61
Objetivo 11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	64
Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	66
Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.....	67
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	68
Objetivo 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81

ENQUADRAMENTO

O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), enquanto órgão executivo central de produção e difusão do Sistema Estatístico Nacional (SEN), Lei n.º35/VII/2009, chamou a si a responsabilidade de elaborar o presente Relatório Estatístico, o primeiro a ser produzido, com o objetivo de apresentar o estado atual dos indicadores disponíveis para Cabo Verde, no quadro global de indicadores adoptados pelas Nações Unidas em 2015, permitindo, assim, fazer o seguimento e a avaliação dos progressos realizados no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A elaboração deste Relatório foi precedido de um mapeamento da disponibilidade dos indicadores ODS no país, efetuado em 2017 pelo INE-CV, tendo constatado que os indicadores são maioritariamente produzidos no contexto do Sistema Estatístico Nacional (quase dois terços). Dos 244 indicadores presentes na Agenda 2030, 160 são produzidos pelas diversas instituições do Sistema Estatístico Nacional, 55 não são produzidos e 29 não foram considerados nesse mapeamento, por serem indicadores para avaliações regionais ou entre países.

Este Relatório Estatístico contém informação mais recente disponível até outubro de 2018 e apresenta uma breve análise de cada indicador dos ODS no período de referência e, sempre que disponível e relevante, fez-se a desagregação por sexo, grupo etário, ilha, concelho e meio de residência. No entanto, apesar das várias insistências, os indicadores dos ODS 2, 12 e 13 não estão aqui incluídos. Alguns indicadores dos ODS são recentes e têm abordagens conceptuais e metodológicas diferentes dos anteriormente produzidos. Nestas situações, foi identificado o indicador internacional e apresentado, com a mesma enumeração, do indicador nacional.

Esta publicação representa o trabalho conjunto do INE-CV, dos demais Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e das outras instituições públicas. Com esta publicação, o INE-CV prossegue, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana. Fica aqui o compromisso no sentido de introduzir melhorias na quantidade e qualidade da produção e difusão de informação estatística, visando satisfazer cada vez mais e melhor as necessidades dos utilizadores.

O INE-CV agradece a colaboração de todos os profissionais e instituições que contribuíram para a elaboração deste Relatório. Expressa ainda a sua total disponibilidade para acolher os comentários e sugestões para o próximo Relatório.

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Meta 1.1. Até 2030, erradicar em todos os lugares a pobreza extrema, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia.

Indicador 1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

	TOTAL	NAO POBRE INTERNACIONAL	POBRE INTERNACIONAL	PROPORÇÃO POPULACAO ABAIXO POBREZA INTERNACIONAL
CABO VERDE	511 217	389 871	121 346	23,7
MEIO RESIDENCIA				
Urbano	328 815	280 541	48 274	14,7
Rural	182 402	109 330	73 072	40,1
CONCELHO				
Ribeira Grande	17 508	12 978	4 530	25,9
Paul	5 251	2 916	2 335	44,5
Porto Novo	18 228	11 385	6 843	37,5
São Vicente	75 162	62 900	12 263	16,3
Ribeira Brava	8 345	6 300	2 045	24,5
Tarfal de São Nicolau	5 233	2 576	2 657	50,8
Sal	31 370	28 237	3 133	10,0
Boavista	11 679	11 252	427	3,7
Maio	6 130	4 524	1 605	26,2
Tarfal	18 199	13 328	4 871	26,8
Santa Catarina	46 615	33 421	13 194	28,3
Santa Cruz	29 556	16 367	13 189	44,6
Praia	142 287	122 906	19 382	13,6
São Domingos	15 081	9 736	5 345	35,4
São Miguel	15 455	10 685	4 770	30,9
São Salvador do Mundo	8 913	4 918	3 995	44,8
São Lourenço dos Órgãos	7 314	4 526	2 788	38,1
Ribeira Grande de Santiago	8 748	6 149	2 599	29,7
Mosteiros	8 896	6 174	2 722	30,6
São Filipe	19 940	10 722	9 218	46,2
Santa Catarina do Fogo	4 991	3 806	1 185	23,7
Brava	6 316	4 064	2 252	35,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

	TOTAL	NAO POBRE INTERNACIONAL	POBRE INTERNACIONAL	PROPORÇÃO POPULAÇÃO ABAIXO POBREZA INTERNACIONAL
SEXO				
Masculino	245 838	189 159	56 679	23,1
Feminino	265 379	200 712	64 667	24,4
GRUPO ETARIO				
0-4 anos	52 327	35 997	16 330	31,2
5-14 anos	104 784	73 409	31 375	29,9
15-24 anos	103 076	76 766	26 310	25,5
25-34 anos	79 809	65 621	14 187	17,8
35-64 anos	134 721	108 996	25 725	19,1
65 anos ou mais	31 409	25 515	5 894	18,8
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO				
Empregador /Patrão	192 282	158 977	33 305	17,3
Desempregado	20 120	15 397	4 723	23,5
Inativo	298 815	215 497	83 318	27,9
GRUPO SOCIOECONOMICO				
Administração pública	32 321	29 035	3 287	10,2
Setor empresarial do Estado	6 844	6 371	473	6,9
Setor empresarial privado	69 199	58 825	10 374	15,0
Militar / Forças armadas	810	788	21	2,6
Conta própria sem pessoal ao serviço	49 914	38 556	11 358	22,8
Empregador /Patrão	8 067	6 763	1 303	16,2
Trabalhador familiar não remunerado	7 565	5 565	2 000	26,4
Casa de família	11 979	8 647	3 332	27,8
Outro	3 798	2 920	878	23,1
Reformado	7 927	7 464	463	5,8
Proprietário	319	295	24	7,5
Desempregado	20 120	15 397	4 723	23,5
Inativo	298 815	215 497	83 318	27,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Meta 1.2. Até 2030, reduzir para, pelo menos metade, a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e grupo etário.

Indicador 1.2.1 - Distribuição da população segundo o estatuto na pobreza, incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por meio residência, ilhas.

	TOTAL	ESTATUTO NA POBREZA			INCIDÊNCIA DA POBREZA (%)	
		NÃO POBRE	POBRE	POBREZA EXTREMA	POBREZA GLOBAL (%) - ODS 1.2.1	POBREZA EXTREMA (%)
CABO VERDE	511 217	331 308	179 909	54 395	35,2	10,6
MEIO RESIDÊNCIA						
Urbano	328 815	237 430	91 384	17 360	27,8	5,3
Rural	182 402	93 878	88 524	37 036	48,5	20,3
ILHAS						
Santo Antão	40 987	22 267	18 720	7 018	45,7	17,1
São Vicente	75 162	55 033	20 129	4 647	26,8	6,2
São Nicolau	13 578	7 739	5 838	2 099	43,0	15,5
Sal	31 370	24 808	6 562	739	20,9	2,4
Boa Vista	11 679	10 809	870	151	7,4	1,3
Maio	6 130	4 094	2 036	747	33,2	12,2
Santiago	292 169	185 919	106 250	30 986	36,4	10,6
Fogo	33 827	17 122	16 704	6 822	49,4	20,2
Brava	6 316	3 517	2 799	1 187	44,3	18,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.1 - Distribuição da população segundo o estatuto na pobreza, incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por concelhos.

CONCELHO	TOTAL	ESTATUTO NA POBREZA			INCIDÊNCIA DA POBREZA (%)	
		NÃO POBRE	POBRE	POBREZA EXTREMA	POBREZA GLOBAL (%) - ODS 1.2.1	POBREZA EXTREMA (%)
Ribeira Grande	17 508	10 975	6 532	1 399	37,3	8,0
Paul	5 251	2 515	2 736	1 754	52,1	33,4
Porto Novo	18 228	8 777	9 451	3 865	51,9	21,2
São Vicente	75 162	55 033	20 129	4 647	26,8	6,2
Ribeira Brava	8 345	5 556	2 788	875	33,4	10,5
Tarrafal de São Nicolau	5 233	2 183	3 050	1 223	58,3	23,4
Sal	31 370	24 808	6 562	739	20,9	2,4
Boavista	11 679	10 809	870	151	7,4	1,3
Maio	6 130	4 094	2 036	747	33,2	12,2
Tarrafal	18 199	12 257	5 942	1 403	32,6	7,7
Santa Catarina	46 615	28 783	17 832	5 922	38,3	12,7
Santa Cruz	29 556	12 135	17 421	7 943	58,9	26,9
Praia	142 287	103 030	39 257	6 472	27,6	4,5
São Domingos	15 081	7 394	7 687	2 804	51,0	18,6
São Miguel	15 455	9 374	6 081	1 675	39,3	10,8
São Salvador do Mundo	8 913	3 902	5 010	2 115	56,2	23,7
São Lourenço dos Órgãos	7 314	3 761	3 553	1 430	48,6	19,6
Ribeira Grande de Santiago	8 748	5 282	3 466	1 222	39,6	14,0
Mosteiros	8 896	4 879	4 017	692	45,2	7,8
São Filipe	19 940	9 060	10 880	5 810	54,6	29,1
Santa Catarina do Fogo	4 991	3 184	1 807	320	36,2	6,4
Brava	6 316	3 517	2 799	1 187	44,3	18,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.1 - Distribuição da população segundo o estatuto na pobreza, incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por sexo, idade, grupo etário, nível de instrução frequentado, situação perante atividade económica, grupo socioeconómico e estatuto sobre a migração.

	TOTAL	ESTATUTO NA POBREZA			INCIDENCIA DA POBREZA (%)	
		NÃO POBRE	POBRE	POBREZA EXTREMA	POBREZA GLOBAL (%) - ODS 1.2.1	POBREZA EXTREMA (%)
SEXO						
Masculino	245 838	161 072	84 766	25 254	34,5	10,3
Feminino	265 379	170 236	95 143	29 142	35,9	11,0
GRUPO ETARIO						
0-4 anos	52 327	29 103	23 224	7 904	44,4	15,1
5-14 anos	104 784	59 573	45 211	14 821	43,1	14,1
15-24 anos	103 076	63 544	39 532	11 638	38,4	11,3
25-34 anos	79 809	57 741	22 067	6 331	27,7	7,9
35-64 anos	134 721	95 628	39 094	10 552	29,0	7,8
65 anos ou mais	31 409	22 857	8 552	2 673	27,2	8,5
NIVEL DE INSTRUÇÃO FREQUENTADO						
Nunca frequentou	87 991	49 558	38 433	12 902	43,7	14,7
Pré-escolar	22 838	14 100	8 738	2 894	38,3	12,7
Básico	193 995	115 471	78 525	25 162	40,5	13,0
Secundário	167 809	115 509	52 301	13 213	31,2	7,9
Médio/Superior	38 584	36 671	1 913	226	5,0	0,6
SITUAÇÃO PERANTE ACTIVIDADE ECONOMICA						
EMPREGADO	192 282	139 927	52 355	13 473	27,2	7,0
DESEMPREGADO	20 120	12 020	8 100	2 083	40,3	10,4
INATIVO	298 815	179 361	119 454	38 839	40,0	13,0
GRUPO SOCIOECONOMICO						
Administração Pública	33 131	27 667	5 463	1 509	16,5	4,6
Sector Empresarial	79 841	60 246	19 594	4 167	24,5	5,2
Patrão agrícola	2 021	1 075	946	408	46,8	20,2
Patrão não agrícola	6 046	5 011	1 035	250	17,1	4,1
TCP agrícola	17 049	9 260	7 789	2 680	45,7	15,7
TCP não agrícola	32 834	23 683	9 152	1 942	27,9	5,9
Trabalhador familiar não remunerado	7 565	4 933	2 632	945	34,8	12,5
Casa de família	11 979	6 812	5 166	1 446	43,1	12,1
Desempregado	20 120	12 020	8 100	2 083	40,3	10,4
Inativo	136 613	87 823	48 790	15 637	35,7	11,4
ESTATUTO SOBRE A MIGRAÇÃO						
Imigrante	15 901	12 854	3 047	614	19,2	3,9
Migrante interno	102 727	75 721	27 007	6 065	26,3	5,9
Não migrante	387 474	239 854	147 619	47 240	38,1	12,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.2. Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que se encontram abaixo da linha de pobreza nacional, para as várias dimensões de análise.

Indicador 1.2.2. Dimensão, composição, taxa de dependência, número médio de anos de estudo máximo no agregado, e tipologia dos agregados familiares, segundo meio residência e estatuto na pobreza.

	CABO VERDE		
	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE
Dimensão média	3,5	5,5	6,1
Dimensão do agregado			
1 - 2 pessoas	33,4	8,3	2,6
3 - 4 pessoas	41,5	30,3	25,9
5 - 6 pessoas	17,8	32,7	34,7
7+ pessoas	7,4	28,8	36,8
Composição do agregado (Nº médio)			
Crianças menores 5 anos	0,4	0,8	1,0
Crianças menores 14 anos	0,9	2,1	2,5
Crianças menores 17 anos	1,1	2,5	3,0
Idosos 65 anos ou mais	0,2	0,3	0,3
Ativos 15 - 64 anos	2,3	3,1	3,2
Pessoas empregadas	1,5	1,6	1,5
Taxa de dependência	51,4	76,5	89,1
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado¹	10,5	8,9	8,5
Tipologia do agregado			
Unipessoal	15,4	1,4	0,4
Casais isolados	5,9	2,0	0,9
Casais isolados com filhos	25,9	24,7	22,7
Conjugais compósitos	14,3	24,7	26,4
Monoparental nuclear	16,4	15,6	13,0
Monoparental compósito	21,3	31,4	36,4
Agregados sem relação de parentesco	0,9	0,2	0,2
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos			
Unipessoal	15,4	1,4	0,4
Conjugais com crianças	33,0	44,9	45,6
Monoparentais com crianças	23,5	39,9	45,7
Agregados sem crianças	28,1	13,8	8,3

1 - Número médio de anos de estudo das pessoas com maior ano de estudo no agregado familiar

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.2. Dimensão, composição, taxa de dependência, número médio de anos de estudo máximo no agregado, e tipologia dos agregados familiares, segundo meio residência e estatuto na pobreza.

	URBANO			RURAL		
	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE
Dimensão média	3,4	5,4	6,1	3,8	5,6	6,0
Dimensão do agregado						
1 - 2 pessoas	34,2	8,8	1,7	31,0	7,7	3,0
3 - 4 pessoas	42,5	30,2	23,9	38,6	30,3	26,9
5 - 6 pessoas	17,0	33,1	34,3	19,9	32,2	34,8
7+ pessoas	6,3	27,8	40,1	10,6	29,7	35,3
Composição do agregado (Nº médio)						
Crianças menores 5 anos	0,4	0,9	1,2	0,4	0,8	1,0
Crianças menores 14 anos	0,9	2,1	2,7	1,0	2,1	2,4
Crianças menores 17 anos	1,1	2,5	3,2	1,3	2,5	2,9
Idosos 65 anos ou mais	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3
Ativos 15 - 64 anos	2,3	3,1	3,1	2,4	3,1	3,2
Pessoas empregadas	1,5	1,6	1,4	1,4	1,6	1,5
Taxa de dependência	49,0	74,6	95,6	57,9	78,4	86,1
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado¹	11,1	9,3	8,8	8,7	8,4	8,4
Tipologia do agregado						
Unipessoal	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Casais isolados	6,1	1,6	0,0	5,2	2,5	1,4
Casais isolados com filhos	27,7	25,0	22,9	21,0	24,3	22,6
Conjugais compósitos	13,1	23,1	22,5	17,6	26,5	28,3
Monoparental nuclear	17,1	18,9	16,0	14,4	12,1	11,6
Monoparental compósito	19,5	29,7	38,6	26,3	33,2	35,4
Agregados sem relação de parentesco	1,0	0,1	0,0	0,5	0,2	0,3
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos						
Unipessoal	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Conjugais com crianças	33,5	43,9	39,0	31,7	46,0	48,7
Monoparentais com crianças	22,7	41,0	51,0	25,6	38,7	43,2
Agregados sem crianças	28,2	13,5	10,0	27,7	14,1	7,6

1 - Número médio de anos de estudo das pessoas com maior ano de estudo no agregado familiar

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

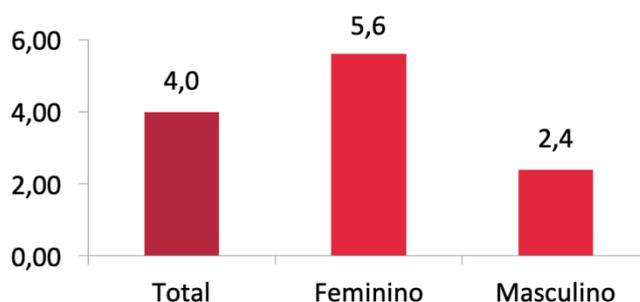
Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Meta 1.3. Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, incluindo limiares, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis.

Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

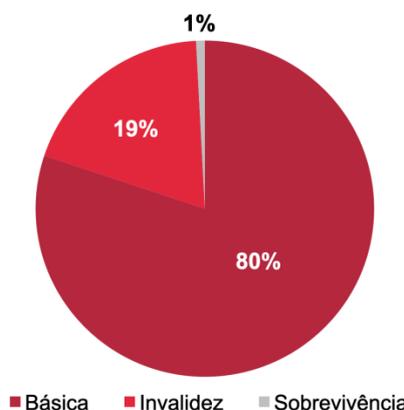
Proporção (em %) da população abrangida pela pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por sexo (ano 2017)



Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

Em 2017, de acordo com os dados do Centro Nacional de Pensões Sociais, cerca de 4% da população estavam abrangidos pela pensão social. Destes, a maior parte era do sexo feminino.

Distribuição (em %) da população abrangida pela pensão do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão (2017)



Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

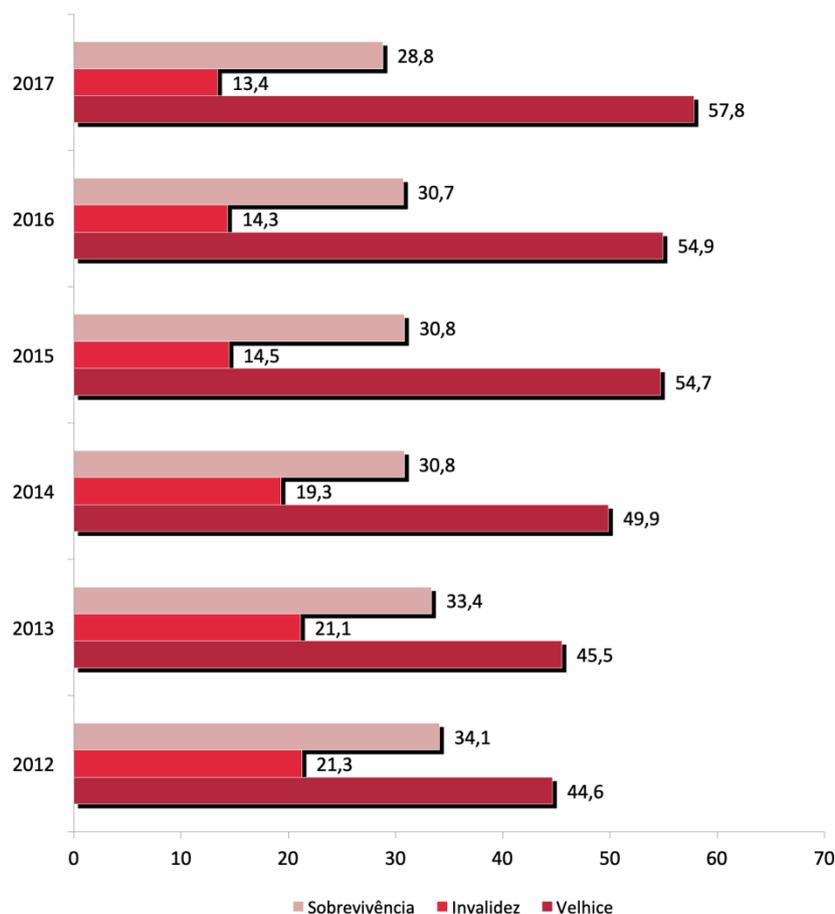
1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



No que concerne ao tipo de pensão, observa-se que cerca de 80% dessa população dispunham da pensão básica, 19% da pensão de invalidez e 1% da pensão de sobrevivência.

Proporção (em %) de pensionistas ativos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), por tipo de pensões, (2012-2017)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Pela observação do gráfico acima, constata-se uma diminuição tanto da pensão de sobrevivência como de invalidez. No entanto, observa-se um acréscimo de pessoas que se beneficiam da pensão de velhice, tendo-se situado, em 2017, em 57,8%.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

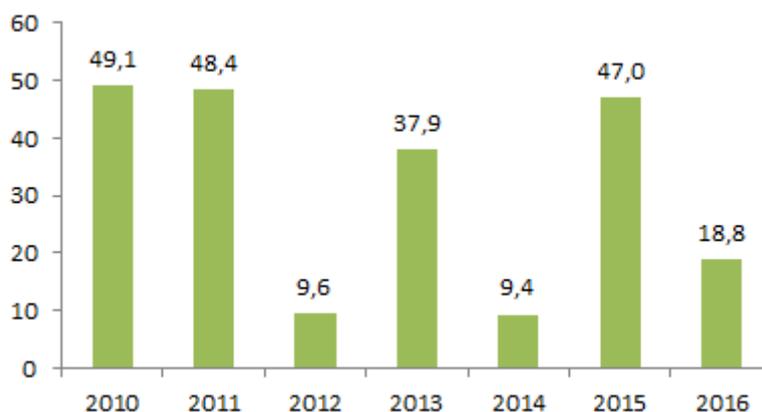
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Meta 3.1. Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nados-vivos.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100 000 nados-vivos, (2010-2016)

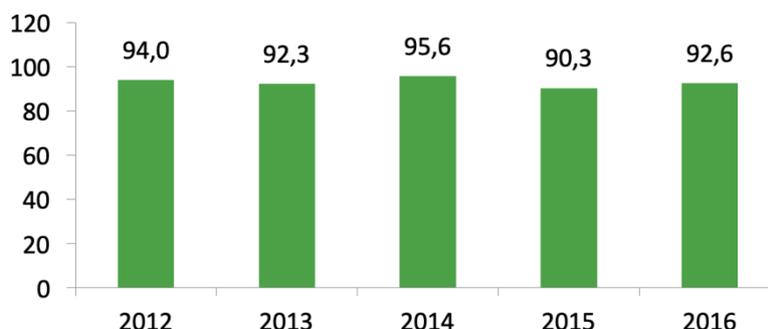


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

Segundo o gráfico acima, a taxa de mortalidade materna registou uma forte queda em 2016, passando de 47 óbitos, em 2015, para cerca de 19 óbitos por cada 100 000 nascidos vivos em 2016.

Indicador 3.1.2. Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado

Indicador 3.1.2. Proporção (em %) partos assistidos por pessoal de saúde qualificado, (2010-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

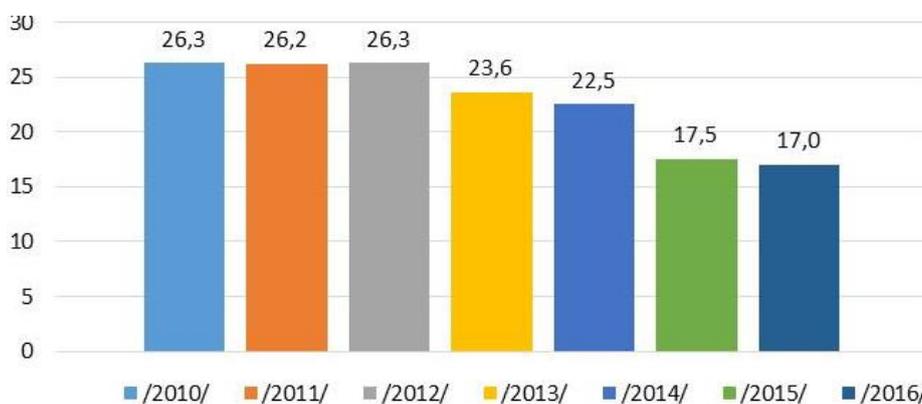


A proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado, registou um acréscimo, de 2015 para 2016, na ordem de 2,3 pontos percentuais, passando de 90,3% para 92,6%.

Meta 3.2. Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, estando todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos.

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos, 2010-2016



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

A taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos, teve uma ligeira diminuição, passando de 22,5 por 1000 nados vivos, em 2014, para 17,5 por 1 000 nados-vivos, em 2015.

Indicador 3.2.2. Taxa de mortalidade neonatal por 1000 nados-vivos

Indicador 3.2.2. Taxa de mortalidade Neonatal precoce, Neonatal tardia e Pós-neonatal tardia por 1 000 nados-vivos

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mortalidade Neonatal precoce (0 a 6 dias)	11,2	14,1	11,7	13,4	10,8	8,1	7,6
Mortalidade Neonatal tardia (7 a 27 dias)	3,1	2,3	3,7	2,7	4,4	2,0	2,5
Mortalidade Pós-Neonatal tardia (28 a 364 dias)	8,5	6,6	7,0	5,4	5,0	5,3	5,3

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



De acordo com os dados do Ministério da Saúde e Segurança Social, a mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) tem apresentado uma tendência de diminuição nos últimos anos, passando de 13,4 por 1000, em 2013, para 7,6 por 1000, em 2016. No entanto, a mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias) e mortalidade pós-neonatal tardia (28 a 364 dias) apresentam taxa constante, de 2015 a 2016, em torno de 5,3 por 1000 nados-vivos.

Meta 3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

Indicador 3.3.1. Número de novos casos de infecção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Indicador 3.3.1. Incidência de HIV por 1 000 habitantes por Grupo Etário e sexo (2014-2016)

Grupo Etário	Sexo	2014	2015	2016
>18 meses e menor de 4 anos	Masculino	1	1	0
	Feminino	6	2	2
5 a 9	Masculino	0	0	2
	Feminino	6	2	1
10 a 14	Masculino	0	2	0
	Feminino	2	0	1
15 a 19	Masculino	3	2	3
	Feminino	8	10	13
20 a 24	Masculino	5	11	13
	Feminino	31	23	13
25 a 29	Masculino	13	11	16
	Feminino	31	22	39
30 a 34	Masculino	28	28	18
	Feminino	43	23	29
35 a 39	Masculino	33	24	29
	Feminino	27	20	27
40 a 44	Masculino	20	24	37
	Feminino	20	16	17
45 a 49	Masculino	23	18	22
	Feminino	15	14	11
50 a 54	Masculino	23	10	19
	Feminino	19	16	13
55 a 59	Masculino	11	8	15
	Feminino	16	15	11
60 a 64	Masculino	9	10	6
	Feminino	5	4	6
65 anos ou mais	Masculino	9	8	7
	Feminino	4	3	10

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.3.1. Incidência de HIV (por 1000 habitantes) por região e sexo, (2014-2016)

Região	Sexo	2013	2014	2015	2016
Ribeira Grande SA	Masculino	2	2	3	1
	Feminino	2	0	1	2
Paul	Masculino	0	0	0	0
	Feminino	2	0	0	0
Porto Novo	Masculino	0	2	1	2
	Feminino	4	6	3	1
São Vicente	Masculino	27	19	17	32
	Feminino	25	13	25	19
São Nicolau	Masculino	0	4	0	0
	Feminino	0	3	0	0
Sal	Masculino	11	13	12	7
	Feminino	14	9	12	1
Boa Vista	Masculino	2	6	7	8
	Feminino	3	4	6	10
Maio	Masculino	3	1	0	5
	Feminino	1	4	1	4
Praia	Masculino	79	81	66	64
	Feminino	173	139	61	81
Ribeira Grande Santiago	Masculino				2
	Feminino				3
São Domingos	Masculino	3	1	4	7
	Feminino	1	1	3	3
Santa Cruz	Masculino	4	8	11	5
	Feminino	1	9	12	6
Santa Catarina Santiago	Masculino	25	25	18	30
	Feminino	31	16	19	32
São Salvador do Mundo	Masculino			0	1
	Feminino			1	0
São Miguel	Masculino	3	2	1	4
	Feminino	5	1	2	4
Tarrafal	Masculino	1	10	5	8
	Feminino	4	12	3	8
São Filipe	Masculino	7	4	9	3
	Feminino	7	11	12	10
Santa Catarina Fogo	Masculino	1			0
	Feminino	1			0
Mosteiros	Masculino	1	0	1	2
	Feminino	1	1	0	1
Brava	Masculino	2	1	0	3
	Feminino	1	1	1	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

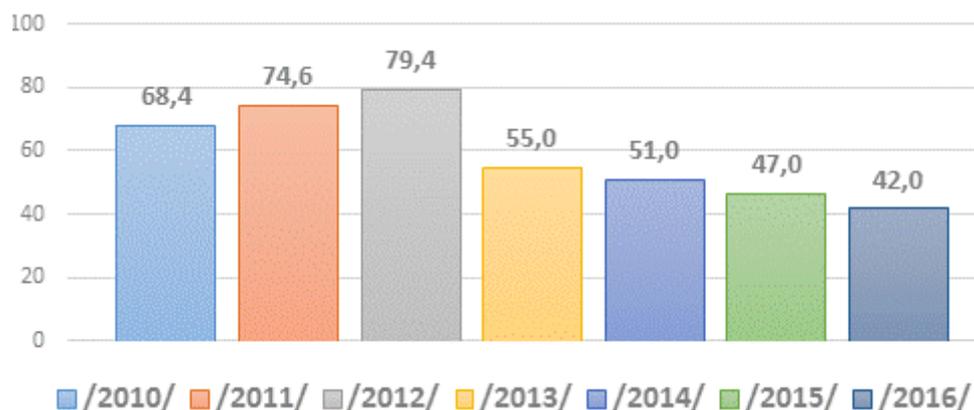
3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.3.2. Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes

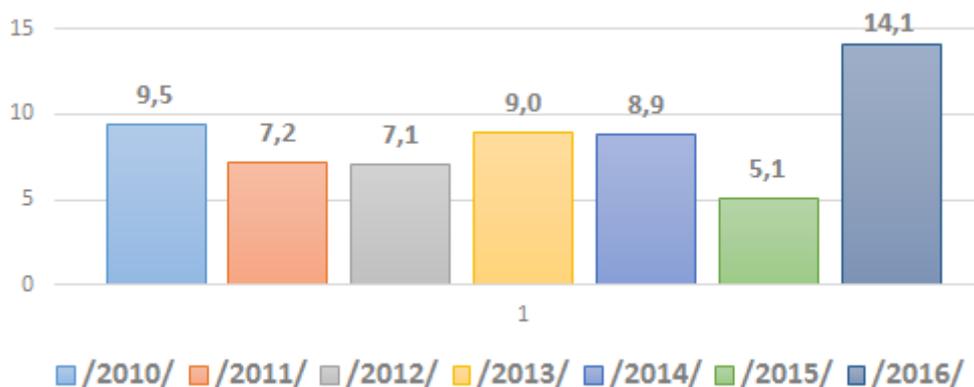
Indicador 3.3.2. Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes, (2010-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

A tuberculose apresentou uma tendência de diminuição nos últimos anos, passando de 79,4 por 100 mil habitantes, em 2012, para 42,0 por 100 mil habitantes, em 2016.

Indicador 3.3.3. Taxa de incidência da malária por 100.000 habitantes



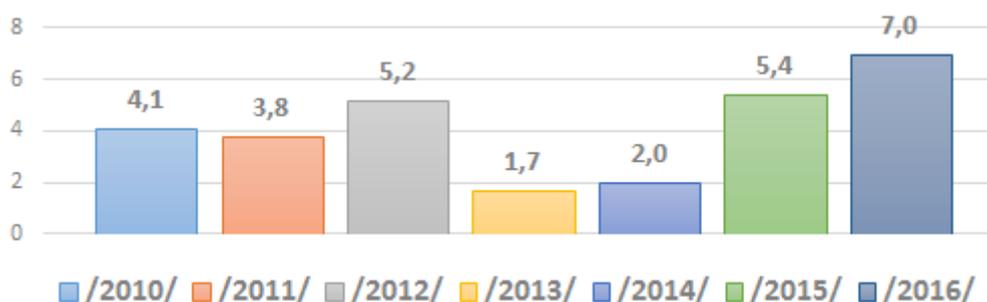
Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

Em 2016, por causa de um surto de paludismo ou malária, tivemos um aumento entre 2015 a 2016, passando de 5,1 por 100 mil habitantes para 14,1 por 100 mil habitantes.

Indicador 3.3.4. Taxa de incidência da hepatite por 100 mil habitantes

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

A taxa de Incidência de Hepatite B teve um ligeiro aumento, em 2016, passando de 5,4, em 2015, para 7,0 por 100 mil habitantes, em 2016.

Meta 3.4. Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Indicador 3.4.1. Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias.

Causas de óbito	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	738	138,9	349	131,1	389	146,8
Tumores ou neoplasias	C00-D48	358	67,4	194	72,9	164	61,9
Afeções Respiratórias	J00-J99	294	55,3	153	57,5	141	53,2
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	259	48,8	147	55,2	112	42,3
Sintomas mal definidos	R00-R99	238	44,8	108	40,6	130	49,1
Causas externas	V01-Y98	150	28,2	127	47,7	23	8,7
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	121	22,8	96	36,1	25	9,4
Afeções perinatais	P00-P96	95	17,9	50	18,8	45	17
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	94	17,7	39	14,6	55	20,8
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	92	17,3	65	24,4	27	10,2
D. do aparelho gênito urinário	N00-N99	40	7,5	24	9	16	6
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	37	7	32	12	5	1,9
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	35	6,6	24	9	11	4,2
Malformações congênitas	Q00-Q99	16	3	10	3,8	6	2,3
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	8	1,5	3	1,1	5	1,9
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	3	0,6	1	0,4	2	0,8
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	2	0,4			2	0,8
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	0	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

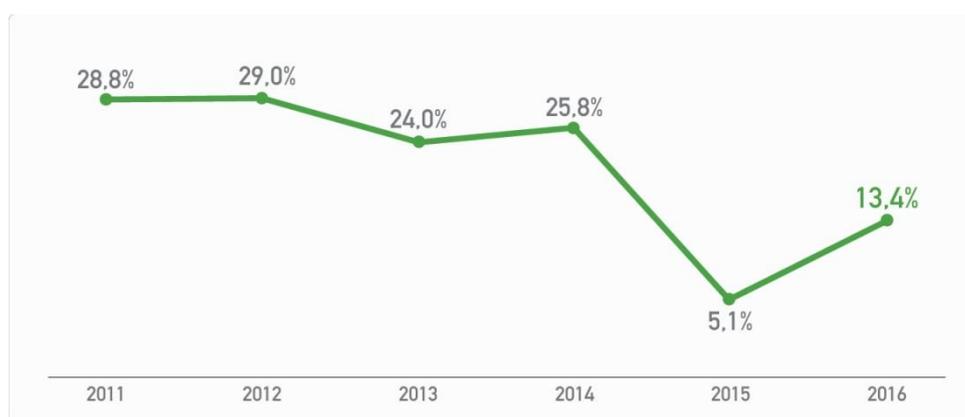
3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade com uma taxa de (138,9 por cem mil), tendo o sexo feminino apresentado maior taxa (146,8) do que o masculino (131,1). Como segunda causa de morte encontram-se os tumores ou neoplasias com (67,4 por cem mil).

Indicador 3.4.2. Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

De 2012 a 2016, houve uma diminuição de 15,6 p.p. em relação a taxa de mortalidade relacionada ao suicídio, passando de 29%, em 2012, para 13,4%, em 2016. Entre 2014 a 2015, registou uma diminuição acentuada de mortes por suicídio (- 20,7 p.p.), situação contrária verificada, em 2016, visto que houve um aumento de 8,3 p.p..

Meta 3.6 Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.

Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

Segundo o INE-CV a taxa de mortalidade por acidentes rodoviários em 2015, único ano disponível, foi de 1,3%.

Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos, de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

Indicador 3.8.1 Taxa de cobertura de consulta pré-natal e pós-parto

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consultas
2012	77,1	4,3	36,4
2013	94,7	4,4	48,8
2014	99,3	4,4	47,6
2015	95,6	6,2	47,9
2016	87,1	4,7	45,9

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

Indicador 3.8.1 Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal

	Consultas de Crianças < 1 ano	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas
2012	99,3	10,5
2013	98,3	9,9
2014	98,7	10,2
2015	101,2	10,4
2016	94,8	10,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social – Relatório Estatístico 2010-2016

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Meta 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento; proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito, por parte dos países em desenvolvimento, de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

Indicador 3.b.1. Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina por concelho (2016)

Concelhos	Crianças <1 ano		Cobertura vacinal (%)			
	BCG[1]	Hepatite	Pólio 3	Pentavalente3[2]	Sarampo	Compl. Vacinados
Cabo Verde	97,8	95,7	95,3	95,3	89,3	91,2
Ribeira Grande	149,3	167,0	95,4	95,4	98,8	102,1
Paul	0,0	11,3	104,7	104,7	102,3	103,5
Porto Novo	56,9	43,8	96,1	96,1	87,0	96,8
S. Vicente	101,4	101,4	78,8	78,8	79,1	75,5
Ribeira Brava	45,7	41,0	87,9	87,9	104,7	101,9
Tarrafal de S. Nicolau	60,8	61,9	88,8	88,8	87,8	87,8
Sal	81,0	80,8	74,5	74,5	75,0	76,8
Boavista	24,1	17,6	95,5	95,5	103,2	104,8
Maio	49,1	34,9	80,7	80,7	99,1	89,9
Praia	128,4	124,1	105,3	105,3	88,1	90,6
Ribeira Grande de	8,8	1,3	92,5	92,5	67,1	75,2
São Domingos	0,0	4,3	81,9	81,9	81,9	89,7
Santa Cruz	60,2	50,3	98,1	98,1	103,2	104,3
São Lourenço dos Órgãos	0,0	1,6	148,8	148,8	131,7	131,7
Santa Catarina	159,7	170,0	95,4	95,4	90,5	93,2
São Salvador do Mundo	11,5	1,1	72,7	72,7	71,6	76,1
São Miguel	46,1	45,0	106,1	106,1	121,6	115,5
Tarrafal	65,1	53,1	94,4	94,4	77,7	91,0
São Filipe	139,2	154,7	117,3	117,3	104,0	115,8
Santa Catarina do Fogo	35,7	11,6	69,6	69,6	69,6	74,8
Mosteiros	66,7	46,7	81,3	81,3	105,9	94,1
Brava	109,3	90,7	117,4	117,4	126,6	114,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

[1] BCG - Bacillus Calmette-Guérin (vacina contra a tuberculose)

[2] A vacina pentavalente (DTP+Hib+HB) protege contra Difteria, Tétano, Pertussis (coqueluche), infecções graves pelo Haemophilus influenzae tipo b (inclusive meningite) e hepatite B.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.b.1. Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina antitetânica por concelho (2016)

Concelhos	Grávidas estimadas	Cobertura vacinal (%)				
		VAT 1	VAT 2	VAT 3	VAT 4	VAT 5
Cabo Verde	10 627	33,5	30,3	12,9	11,2	10,1
Ribeira Grande	227	16,7	18,1	8,8	11,5	9,3
Paul	80	31,3	36,3	15,0	36,3	22,5
Porto Novo	306	29,7	29,1	13,1	13,4	12,1
S. Vicente	1 402	15,4	16,0	9,7	9,5	10,3
Ribeira Brava	105	28,6	31,4	12,4	2,9	16,2
Tarrafal de S. Nicolau	97	30,9	27,8	12,4	14,4	11,3
Sal	837	21,6	19,2	8,5	11,6	12,7
Boavista	307	22,8	18,2	15,3	16,9	13,0
Maio	106	40,6	48,1	15,1	8,5	4,7
Praia	3 520	41,9	34,1	13,8	11,2	10,3
Ribeira Grande de Santiago	159	46,5	42,8	5,0	4,4	3,1
São Domingos	280	13,9	12,9	2,5	2,9	3,6
Santa Cruz	535	30,3	28,6	6,5	11,2	10,1
São Lourenço dos Órgãos	122	145,1	87,7	35,2	11,5	6,6
Santa Catarina de Santiago	922	31,0	32,9	10,0	13,7	10,0
S. Salvador do Mundo	174	31,6	31,6	5,7	6,9	3,4
S. Miguel	280	51,8	52,5	46,1	4,6	10,7
Tarrafal	358	27,7	36,0	16,8	10,1	6,1
São Filipe	395	45,8	41,0	20,0	18,0	13,4
Santa Catarina do Fogo	112	39,3	31,3	10,7	5,4	4,5
Mosteiros	195	28,2	33,3	8,2	8,2	5,6
Brava	108	44,4	46,3	25,9	18,5	13,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário, que devem ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Indicador 4.1.1 Proporção de crianças e jovens: **(a)** nos segundo e terceiro anos do primeiro ciclo do ensino básico; **(b)** no final do segundo ciclo do ensino básico; e **(c)** no final do terceiro ciclo do ensino básico, que atingiram um nível mínimo de proficiência em **(i)** leitura e **(ii)** matemática, por sexo.

			Anos letivos (em %)							
Indicadores			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
a) Nível mínimo de proficiência no segundo e terceiro anos do primeiro ciclo do ensino Básico	Leitura	Masc	73,7	74,7	75,8	76,4	76,1	76,0	74,8	73,3
		Fem	82,7	83,7	85,2	85,3	86,2	87,0	85,4	82,6
	Matemática	Masc	76,3	77,1	78,6	79,1	78,9	79,8	79,0	78,4
		Fem	84,3	85,1	86,3	86,8	87,8	88,3	87,2	84,8
b) Nível mínimo de proficiência no final do segundo ciclo do ensino básico	Leitura	Masc	83,0	82,5	84,3	85,2	86,3	85,5	85,3	76,3
		Fem	89,7	88,7	89,7	91,1	92,1	91,2	92,2	83,8
	Matemática	Masc	84,2	83,1	85,3	86,0	87,6	86,9	86,7	77,3
		Fem	89,2	88,6	89,6	91,3	91,7	91,1	92,0	83,1
c) Nível mínimo de proficiência no final do terceiro ciclo do ensino básico	Leitura	Masc	88,3	88,0	88,4	89,5	91,8	91,3	88,6	68,6
		Fem	91,9	92,6	93,1	94,8	96,2	95,0	94,1	70,5
	Matemática	Masc	87,6	87,2	87,9	88,7	91,4	90,4	88,7	67,2
		Fem	90,2	90,6	91,6	92,7	94,8	93,8	92,4	69,3

a) - Fim do 1º ciclo do EB (2º Ano); **b)** - Fim do 2º ciclo do EB (4º Ano); **c)** - Fim do 3º ciclo do EB (6º Ano)

Fonte: Ministério de Educação

Como base estatística para o cálculo dos indicadores de cada disciplina individual utilizaram-se as aprovações por cada disciplina nos respetivos anos de estudos em relação à matrícula no ano de estudo correspondente.

O principal facto perante a tabela (análise horizontal) decorre da observação de uma quebra significativa em 2017 da percentagem de aprovação nas disciplinas e nos anos de estudo em análise.

De um modo geral, observa-se no período em apreço maior performance dos alunos do sexo feminino, na língua portuguesa, no 2º e 6º ano de escolaridade.

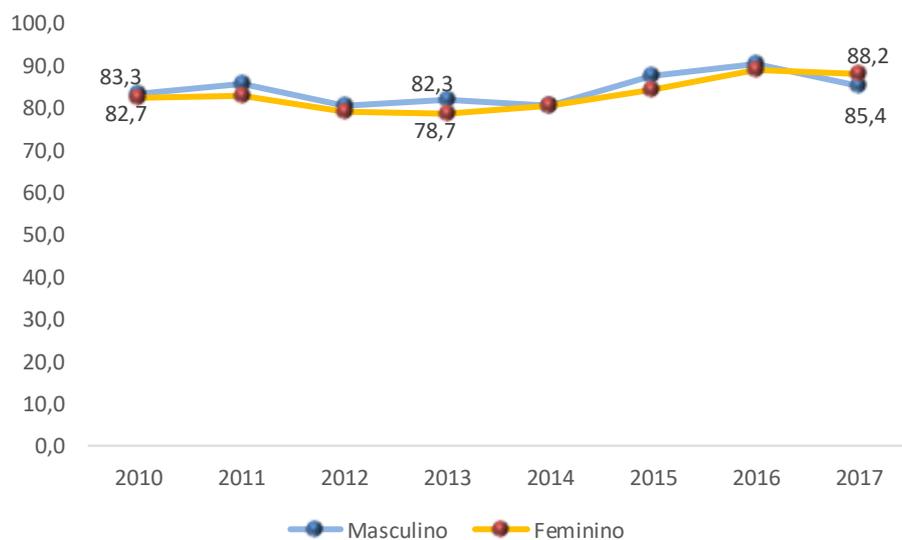
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.2. Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário.

Indicador 4.2.2. Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.



Fonte: Ministério da Educação

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, onde o valor mais elevado se registou no sexo masculino (90,7%), em 2016, e o valor mais baixo, em 2013, no sexo feminino, situando-se nos 78,7%. Se em 2010 a taxa de escolarização das crianças com 5 anos era superior nos rapazes (83,3%) em relação ao observado nas meninas (82,7%), o inverso regista-se em 2017 cuja taxa de escolarização das meninas foi de 88,2%, ou seja, um aumento de 2,8 pontos percentuais comparado com a dos rapazes (85,4%).

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

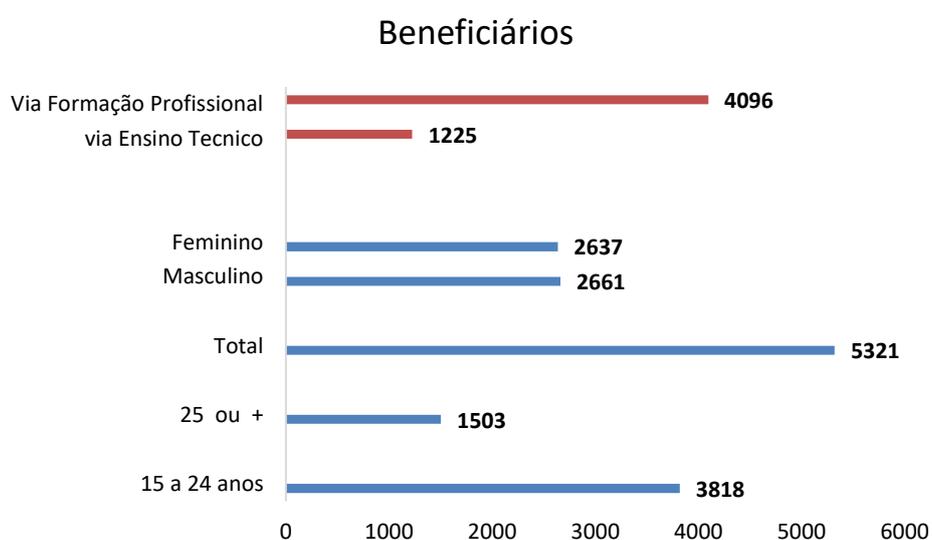
Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

Indicador 4.3.1. Taxa de participação de jovens e adultos em educação formal e não formal e formação profissional nos últimos 12 meses

Indicador 4.3.1. Nº de inseridos em oferta de formação profissional e ensino técnico em 2017



Indicador Verificável	Inseridos	Sexo		Via Técnica	Via F. Profissional
		Masculino	Feminino		
Jovens (15 a 24) inseridos em ofertas de educação e/ou formação profissional e/ou profissionalizantes	3.818	2.072	1.724	1.225	2.593
Beneficiários da Formação Profissional com 25 ou mais anos de idade	1.503	573	911		1.503
Total de Beneficiários	5.321	2.645	2.635	1.225	4.096

Fonte: Direção Geral do Emprego Formação Profissional Estágio Profissional

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Indicador 4.4.1. Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

AMBOS OS SEXOS						
Grupo etário						
Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais	
TOTAL POPULAÇÃO	506 127	104 784	103 076	79 809	134 721	31 409
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM COMPETÊNCIAS EM UTILIZAÇÃO DAS TIC POR TIPO DE COMPETÊNCIA						
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	32,1	12,8	65,0	57,3	25,8	4,2
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	29,7	10,9	60,2	53,6	24,5	4,1
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (ex: excel)	17,4	2,3	30,4	36,2	18,2	2,7
Compactar ou zipar ficheiros	15,8	2,5	27,9	32,7	16,0	2,1
Instalar e ligar hardware (ex: impressora, modem, câmaras)	14,8	2,6	26,1	30,8	14,8	2,3
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (ex: visual basic)	4,1	0,6	6,2	8,8	4,6	1,0
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (ex: câmaras digitais)	28,4	10,4	57,4	53,3	22,1	3,4
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	15,1	2,6	29,8	29,8	13,9	1,9
Instalar um sistema operativo (ex: windows) ou substituir sistemas operativo	7,5	0,9	13,4	16,6	7,2	1,3
Outra atividade que considera relevante (especifique)	4,0	4,4	6,3	6,5	2,9	0,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Indicador 4.4.1. Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Sexo Masculino).

	MASCULINO					
	Grupo etário					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO	242 588	51 582	51 710	39 693	61 116	11 680
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM COMPETÊNCIAS EM UTILIZAÇÃO DAS TIC POR TIPO DE COMPETÊNCIA						
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	35,2	13,7	67,1	59,7	31,4	6,8
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	32,6	11,9	61,9	55,5	29,6	6,6
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (ex: excel)	18,9	2,3	30,7	36,2	22,5	5,0
compactar ou zipar ficheiros	18,4	3,0	31,1	36,1	20,1	4,1
Instalar e ligar hardware (ex: impressora, modem, câmaras)	18,2	2,9	30,4	34,9	20,7	4,5
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (ex: visual basic)	5,2	0,7	7,0	11,0	6,6	2,2
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (ex: câmaras digitais)	32,3	12,0	61,8	56,5	27,8	5,9
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	16,0	2,5	29,0	29,8	16,9	3,5
Instalar um sistema operativo (ex: windows) ou substituir sistemas operativo	10,3	1,2	17,2	21,8	10,7	2,8
Outra atividade que considera relevante (especifique)	4,6	4,4	7,0	7,7	3,5	1,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Indicador 4.4.1. Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Sexo Feminino).

	FEMININO					
	Grupo etário					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO	263 539	53 202	51 366	40 116	73 605	19 729,23
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM COMPETÊNCIAS EM UTILIZAÇÃO DAS TIC POR TIPO DE COMPETÊNCIA						
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	29,2	12,0	62,9	55,0	21,2	2,7
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	27,1	9,9	58,5	51,7	20,3	2,6
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (ex: excel)	16,0	2,3	30,1	36,1	14,7	1,4
Compactar ou zipar ficheiros	13,3	2,1	24,8	29,3	12,5	1,0
Instalar e ligar hardware (ex: impressora, modem, câmaras)	11,7	2,3	21,9	26,8	10,0	1,1
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (ex: visual basic)	3,0	0,4	5,4	6,7	3,0	0,3
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (ex: câmaras digitais)	24,8	8,8	53,0	50,1	17,4	2,0
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	14,3	2,7	30,6	29,8	11,3	1,0
Instalar um sistema operativo (ex: windows) ou substituir sistemas operativo	5,0	0,6	9,6	11,5	4,3	0,5
Outra atividade que considera relevante (especifique)	3,4	4,3	5,6	5,3	2,3	0,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.5. Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.

Indicador 4.5.1. Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Indicador 4.5.1. Índice de paridade na taxa bruta de escolarização

Regiões	Série							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brava	0,88	0,9	0,89	0,95	0,97	0,94	0,92	0,87
São Filipe	0,86	0,96	0,92	0,91	0,9	0,87	0,89	0,89
Santa Catarina Fogo	0,82	0,96	0,95	0,93	0,85	0,89	0,85	0,82
Mosteiros	0,94	0,93	0,93	0,93	0,92	0,94	0,91	0,94
Praia	0,96	0,94	0,92	0,92	0,93	0,94	0,93	0,93
Ribeira Grande - Santiago	0,91	1,01	0,91	0,95	0,92	0,89	0,86	0,87
São Domingos	1,02	0,9	0,9	0,9	0,91	0,96	0,97	0,99
Santa Catarina	0,91	0,88	0,9	0,87	0,87	0,87	0,91	0,91
São Salvador do Mundo	0,93	0,85	0,85	0,85	0,82	0,87	0,8	0,80
Santa Cruz	0,91	0,91	0,91	0,89	0,92	0,91	0,94	0,92
São Lourenço dos Órgãos	0,86	0,94	0,95	1,01	0,94	0,9	0,87	0,92
São Miguel	0,9	0,89	0,91	0,86	0,9	0,87	0,92	0,95
Tarrafal	0,89	0,92	0,91	0,91	0,91	0,91	0,94	1,00
Maio	1,05	0,92	0,86	0,87	0,8	0,82	0,83	0,88
Boavista	0,92	0,99	0,98	0,9	0,92	0,93	0,92	0,88
Sal	0,93	0,92	0,9	0,95	0,88	0,92	0,9	0,90
Ribeira Brava	0,98	0,89	0,85	0,83	0,88	0,89	0,9	0,89
Tarrafal de São Nicolau	0,96	0,96	0,93	0,99	0,94	1	0,97	0,91
São Vicente	0,93	0,95	0,93	0,94	0,94	0,94	0,93	0,92
Ribeira Grande - Santa	0,87	0,92	0,93	0,96	0,91	0,93	0,89	0,93
Porto Novo	0,93	0,89	0,9	0,91	0,95	0,99	0,91	0,89
Paul	0,93	0,96	0,99	0,97	0,97	0,95	1,05	0,89
Nacional	0,93	0,93	0,91	0,91	0,91	0,92	0,92	0,92

Fonte: Ministério da Educação

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa,
e promover oportunidades de aprendizagem
ao longo da vida para todos



As desigualdades na escolarização das crianças no ensino básico não são significativas. No período em análise, registam-se índices superiores a 0,90, ou seja, favoráveis para os rapazes. O mesmo é dizer que para cada 100 rapazes inscritos encontram-se 90 raparigas inscritas. Quanto à paridade a nível dos concelhos, nesse período, apenas 4 concelhos conseguiram, pelo menos uma vez, índices favoráveis para as raparigas, tendo sido o valor mais expressivo registado no concelho do Maio, em 2010, onde para cada 100 rapazes inscritos encontravam-se 105 raparigas.

Indicador 4.5.1. Índice de paridade na taxa bruta de Admissão

Regiões	Série							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brava	1,12	0,90	0,67	1,29	1,10	0,78	1,13	0,87
São Filipe	1,10	0,88	0,95	0,87	1,07	1,02	1,01	0,85
Santa Catarina Fogo	0,81	1,12	1,00	0,98	0,71	1,30	0,55	0,86
Mosteiros	0,84	0,97	0,85	1,00	0,84	0,92	0,83	0,93
Praia	1,08	0,95	0,92	0,94	0,98	0,97	0,95	0,98
Ribeira Grande ST	1,25	0,96	0,82	0,90	0,94	0,77	0,89	1,02
São Domingos	1,21	0,85	1,08	1,08	1,02	1,12	1,14	1,08
Santa Catarina	0,90	0,92	1,02	0,91	0,92	0,86	1,09	0,85
São Salvador do Mundo	1,10	0,91	0,90	1,06	0,61	1,23	0,65	1,32
Santa Cruz	1,02	1,08	0,96	0,88	1,05	0,92	0,99	0,98
São Lourenço dos Órgãos	1,26	1,13	1,06	1,25	0,71	0,91	0,82	1,27
São Miguel	0,71	0,90	1,18	0,83	0,96	0,91	1,03	1,03
Tarrafal	0,98	0,88	1,08	0,91	0,83	1,11	0,90	1,18
Maio	0,93	1,02	0,87	0,84	0,78	0,73	1,07	0,95
Boavista	0,86	1,02	0,95	0,81	1,09	1,07	1,03	0,94
Sal	1,00	1,02	0,81	1,12	0,86	0,97	0,93	1,00
Ribeira Brava	0,80	1,04	0,98	0,75	0,97	1,05	0,86	0,69
Tarrafal São Nicolau	0,86	1,17	0,96	1,20	0,93	1,52	0,85	0,76
São Vicente	1,02	0,99	0,87	1,06	0,90	0,94	1,07	0,89
Ribeira Grande - Santiago	1,00	0,96	0,97	1,14	0,88	1,00	0,78	0,87
Porto Novo	0,99	1,03	0,98	1,08	1,22	0,81	0,81	0,95
Paul	1,00	1,34	0,89	0,79	1,31	1,01	1,21	0,94
Nacional	0,99	0,97	0,94	0,97	0,94	0,96	0,96	0,95

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso oscilou no período em análise entre 0,94 e 0,99 pontos. Nos dois anos extremos registaram-se maiores disparidades entre os sexos. Se, em 2010, para

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



cada 100 rapazes que ingressaram no primeiro ano de escolaridade, ingressavam 99 raparigas, em 2017 passou para 96 raparigas em cada 100 rapazes.

Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Indicador 4.a.1. Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Indicador 4.a.1. Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias

Indicadores	2016	2017
Escolas com eletricidade	73,4	76,5
Escolas com internet para fins pedagógicos		9,5
Escolas com computadores para fins pedagógicos		40,8
Escolas com acesso a água potável	94,8	97,1
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5

Fonte: Ministério da Educação

Segundo os dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2017 (percentual sobre o total de escolas) foi de 76,5%. Regista-se que 40,8% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos, no entanto apenas 9,5% possuem internet para o mesmo fim. Quanto a escolas com instalações sanitárias, 98,5% possuem instalações e 97,1% têm acesso a água potável.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

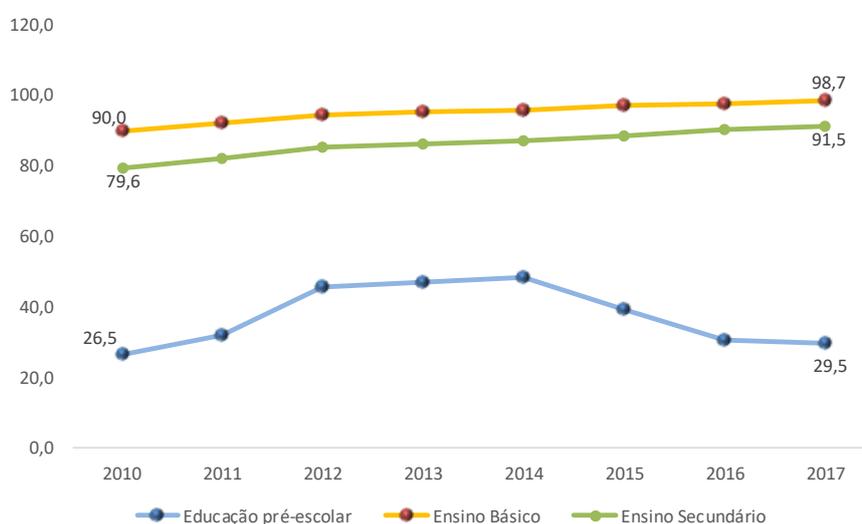
Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.c. Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Indicador 4.c.1. Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão, requerida para lecionar num determinado nível de ensino num dado país.

Indicador 4.c.1. Percentagem de Professores com formação



Fonte: Ministério da Educação

Da análise do gráfico, constata-se que a maioria dos professores possui formação nos Ensinos básico e secundário. Observa-se um aumento contínuo deste percentual passando respetivamente de 90,0 e 79,6%, em 2010, para 98,7 e 91,5%, em 2017, traduzido num aumento de 8,7 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 11,9 pontos percentuais dos do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por oscilações e decréscimos contínuos nos últimos anos letivos. Esse decréscimo pode ser explicado, em parte, pelo recrutamento de alguns profissionais que se encontram na educação pré-escolar, com licenciatura em educação de infância para, no entanto lecionarem no ensino Básico.

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Meta 5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte.

Indicador 5.1.1. Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

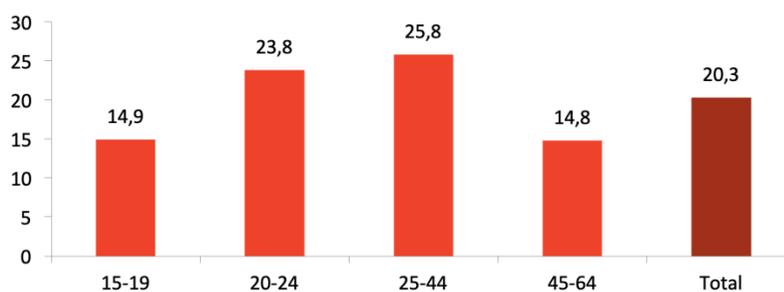
O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no plano do seu exercício efetivo, e ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, assumem um tratamento afirmativo para as mulheres. De salientar o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada dos princípios da CEDAW na ordem jurídica interna, os quais assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres.

O mecanismo nacional para a igualdade de género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas, são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente referente à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Meta 5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração.

Indicador 5.2.2. Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

Indicador 5.2.2. Percentagem de mulheres que declararam terem sido vítimas de violência física, quer pelo marido, quer por outras pessoas (Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva 2005 - IDSR 2005).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

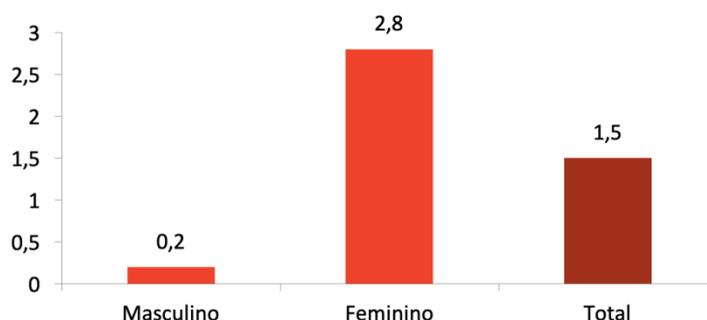


Em 2005, cerca de 20% das mulheres declararam ter sido vítima de violência física, quer pelo marido, quer por outras pessoas. O grupo dos 25 aos 44 anos é o que declarou ter a maior percentagem (25,8%) de mulheres vítimas de violência física, em 2005.

Meta 5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.

Indicador 5.3.1. Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Indicador 5.3.1. Percentagem de pessoas que se uniram pela primeira vez, antes dos 18 anos com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos (IDSR 2005).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Em 2005, cerca de 3% das mulheres, com idade compreendida entre os 20 e 24 anos, se uniram pela primeira vez, antes dos 18 anos.

Meta 5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

Indicador 5.5.1. Proporção de assentos parlamentares detidos por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

Indicador	2011	2016
Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional	20,8 %	23,6%
Proporção de mulheres eleitas nos órgãos de poder local		26,3%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE)



Em 2016, a proporção de assentos ocupados por mulheres era de 23,6%, registando-se um aumento de assentos ocupados por mulheres relativamente a 2011 (20,8%).

Indicador 5.5.2. Proporção de mulheres em cargos de chefia

Indicador	2011	2015	2016
Proporção de mulheres no poder executivo	40%	55%	25%

Fonte: Governo de Cabo Verde

A proporção de mulheres em cargos no poder executivo, diminuiu significativamente em 2016, situando-se em 25%.

Meta 5.a. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.a.1 (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas.

Indicador 5.a.1 (a). Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo (2015).

Sexo	%
Masculino	10,09
Feminino	8,49
Total	18,58

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, do total de 18,58% da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, 8,49% eram mulheres e 10,09 eram homens.

Do total (33.897 proprietário/chefe exploração agrícola) da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, 15.494 eram do sexo feminino e 18.403 do sexo masculino, representado assim 54,3% e 45,7% respetivamente.

Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas (2015).

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Sexo	Forma de exploração					
	Conta Própria	Parceria	Renda	Usufruto	Comodato	Aforamento
Masculino	53,4	62,5	48,7	54,5	53,1	61,0
Feminino	46,6	37,5	51,3	45,5	46,9	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

De acordo com a tabela acima, a proporção de mulheres com direitos às formas de exploração de terras agrícolas é inferior a dos homens, exceto a forma de exploração de renda, que é de 51,% contra os 48,7% nos homens.

Meta 5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover a capacitação das mulheres.

Indicador 5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, ambos os sexos

	AMBOS OS SEXOS					
	Total	Grupo etário				
		10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	506 127	104 784	103 076	79 809	134 721	31 409
POSSE TELEMÓVEL ATUAL	279229	14619	79192	71209	104674	9536
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL	55,2	14,0	76,8	89,2	77,7	30,4
POSSE TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	298338	17200	86864	74712	109698	9865
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	58,9	16,4	84,3	93,6	81,4	31,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – IDRF 2015

Em 2015, 89,2% da população na faixa etária entre os 25 a 34 anos tinham telemóvel, representando o valor mais alto. O total da população com telemóvel em Cabo Verde, de 10 anos ou mais, no ano 2015 foi de 55,2%.

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, sexo masculino

	Masculino					
	Grupo etário					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	242 588	51 582	51 710	39 693	61 116	11 680
POSSE TELEMÓVEL ATUAL	134690	6600	38204	35042	50150	4694
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL	55,5	12,8	73,9	88,3	82,1	40,2
POSSE TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	144885	8148	42491	36983	52414	4849
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	59,7	15,8	82,2	93,2	85,8	41,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – IDRF 2015

Indicador 5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, sexo feminino

	Feminino					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	263 539	53 202	51 366	40 116	73 605	19 729,23
POSSE TELEMÓVEL ATUAL	144539	8019	40988	36166	54524	4842
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL	54,8	15,1	79,8	90,2	74,1	24,5
POSSE TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	153453	9052	44374	37728	57284	5015
% POPULAÇÃO COM TELEMÓVEL NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES	58,2	17,0	86,4	94,0	77,8	25,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – IDRF 2015

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.4.1. Taxa de participação (%) e tempo médio semanal (h.m) dedicado ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupo etários.

Sexo	Desagregação	Faixa Etária	2012
Masculino	Taxa de participação (%)	10-14	74,7
		15-19	72,9
		20-24	68,9
		25-44	63,6
		45-64	59,8
		>=65	50,4
		Total	66,0
	Tempo médio semanal (h.m)	10-14	31:51:00
		15-19	34:22:00
		20-24	35:20:00
		25-44	37:49:00
		45-64	38:45:00
		>=65	37:54:00
Feminino	Taxa de participação (%)	10-14	81,8
		15-19	89,0
		20-24	84,1
		25-44	89,0
		45-64	92,3
		>=65	77,4
		Total	87,1
	Tempo médio semanal (h.m)	10-14	39:32:00
		15-19	50:06:00
		20-24	53:25:00
		25-44	66:24:00
		45-64	70:47:00
		>=65	56:48:00
Ambos os sexos	Taxa de participação (%)	10-14	78,0
		15-19	80,1
		20-24	76,6
		25-44	76,5
		45-64	77,4
		>=65	66,4
		Total	76,6
	Tempo médio semanal (h.m)	10-14	35:35:00
		15-19	42:12:00
		20-24	45:22:00
		25-44	54:40:00
		45-64	59:27:00
		>=65	50:56:00
Total	49:35:00		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

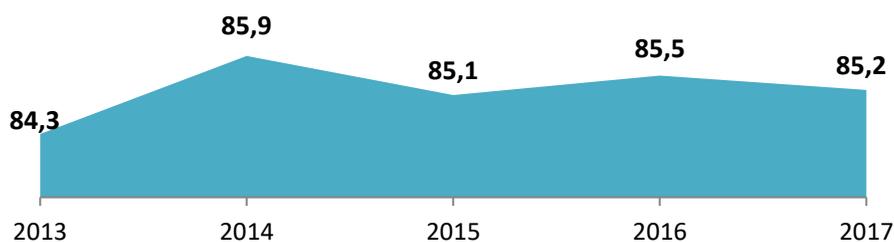
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis.

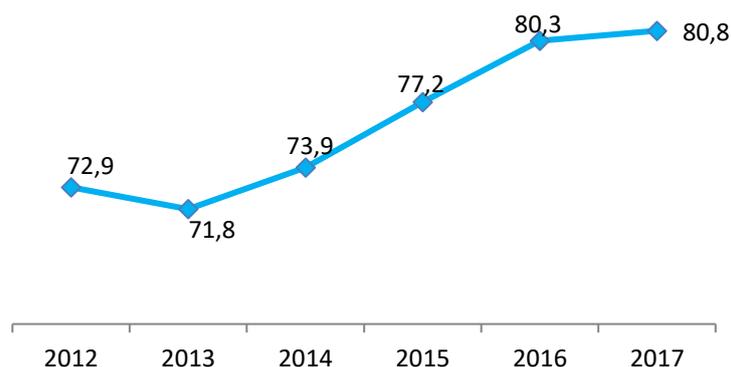
Indicador 6.1.1. Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que, em 2017, cerca de 85,2% da população utilizou uma fonte melhorada de água potável sendo que, em 2015, esse percentual era de 85,2%.

Indicador 6.2.1. Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, a proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros registou forte aumento entre 2013 e 2017, situando-se, em 2017, em 80,8%.

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Meta 6.5. Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

Indicador 6.5.1. Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

O indicador de grau de implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), medido em % de 0 a 100, é de 64% e referente apenas ao ano de 2018, visto que é a partir de agora que está a ser medido pela Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde (ANAS). O valor de 64% pode ser considerado médio alto (Medium-high), segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas sobre o grau de implementação que é de:

- Very low (0-9.9)
- Low (10-29.9)
- Medium-low (30-49.9)
- Medium-high (50-69.9)
- High (70-89.9)
- Very high (90-100)

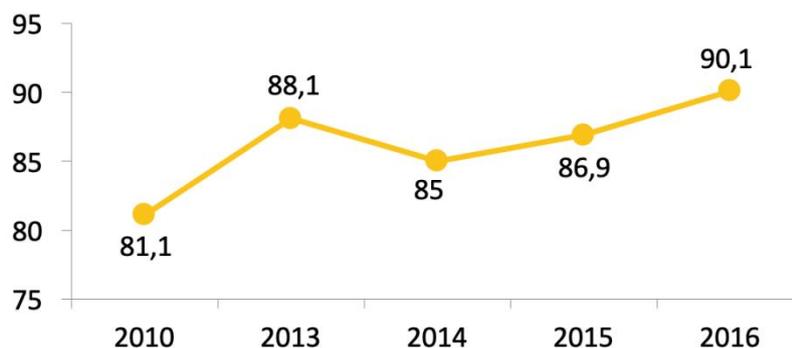
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Meta 7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis.

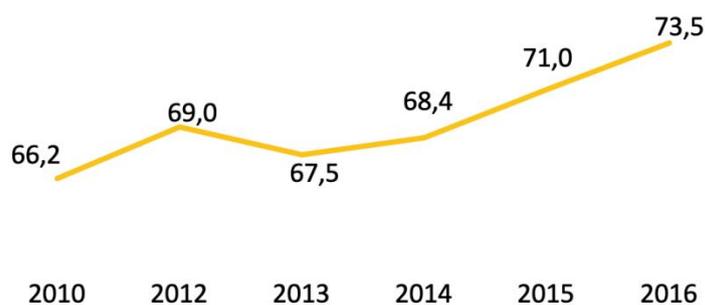
Indicador 7.1.1. Percentagem da população com acesso à eletricidade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística-CENSO 2010 e IMC 2013,2014,2015,2016

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2016 apenas 10% da população não tinham acesso a eletricidade.

Indicador 7.1.2. Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - CENSO 2010 e IMC 2013,2014,2015,2016

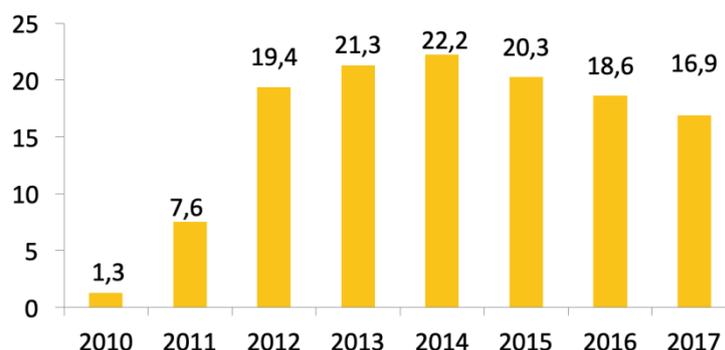
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Meta 7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Indicador 7.2.1. Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

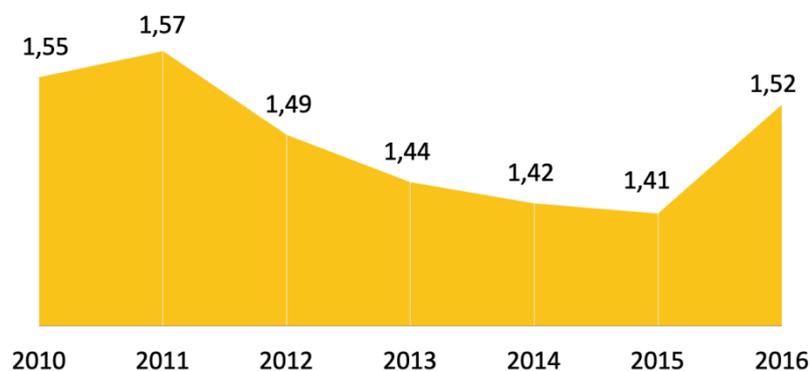


Fonte: - Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia-Dados Administrativos

Dados da Direção Nacional de Energia (DNICE) indicam uma forte queda no peso das energias renováveis na produção de energia elétrica entre 2015 e 2017, tendo sido em 2017 de 16,9%.

Meta 7.3. Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

Indicador 7.3.1. Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalente de petróleo /milhões de escudos)



Fonte: - Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia-Dados Administrativos

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.1. Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos.

Indicador 8.1.1. Taxa de variação anual do PIB real per capita

O indicador 8.1.1 é fornecido pela Direção das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) com uma periodicidade anual. A metodologia utilizada para o seu cálculo é a definida pelas Nações Unidas (SNA 93).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Taxa de Variação PIB per capita em US\$	7,9	-7,8	2,9	-0,6	-16,6	3,1	4,7
Taxa de Variação PIB per capita em ECV	2,7	-0,1	-0,4	-0,6	-0,2	3,4	2,8

P- Provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De acordo com os dados, verifica-se que, em 2017, o PIB real per capita em dólar aumentou 4,7%, relativamente ao ano de 2016 (Taxa Variação PIB real per capita \$). Em relação ao PIB per capita real em escudo, para o mesmo período, verifica-se também um aumento de 2,8%, taxa inferior à da variação em Dólar, justificada pela flutuação cambial.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

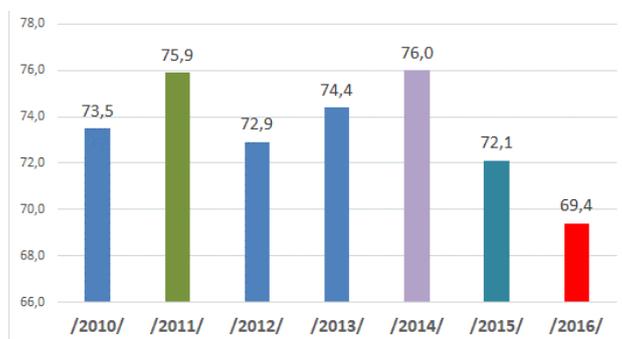
Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva.

Indicador 8.2.1. Taxa de variação anual do PIB real per capita por pessoa empregada

À semelhança do indicador anterior, o indicador 8.2.1 também é fornecido pela Direção das Contas Nacionais do INE com uma periodicidade anual. A metodologia utilizada para o seu cálculo é a definida pelas Nações Unidas (SNA 93) e o último dado refere ao ano de 2016 com variações anuais.

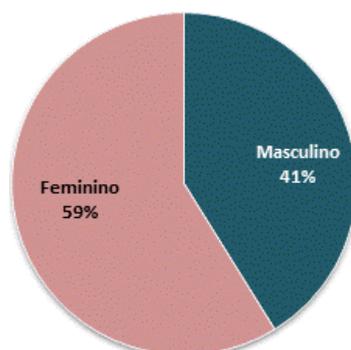


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Nacionais

Meta 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.

Indicador 8.3.1. Proporção do emprego informal no emprego não-agrícola, por sexo

Esse indicador produzido, apenas no ano de 2015, pelo INE-CV diz que 59% das mulheres estão no emprego informal não agrícola contra os 41% dos homens.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Inquérito Setor Informal

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

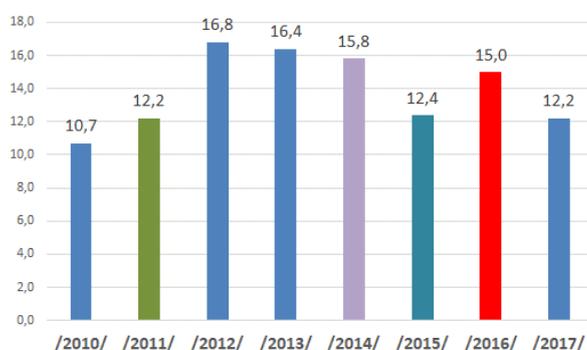
Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Indicador 8.5.2. Taxa de desemprego, por sexo, idade (faixa etária)

O indicador anual da taxa de desemprego é calculado pelo INE, utilizando a metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e apresenta variações de ano para ano. Em 2015 registou-se um decréscimo na taxa de desemprego em relação a 2014 e, em 2017, também se registou um decréscimo em relação ao ano 2016.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - IMC

Indicador 8.5.2. Taxa de desemprego, por sexo, idade (faixa etária)

		Série							
Categoria		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ambos os sexos	Total	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15	12,2
	15-24	21,3	27,1	32,1	34,6	35,8	28,6	41	32,4
	25-44	8,8	11,2	15,1	15,4	13,8	11,3	11,7	10,4
	45-64	4,7	2,3	7,5	5,3	6,6	5,3	3,9	4,8
	65+	1	1,7	3,3	4,2	0,7	0,5	3,2	0,9
Masculino	Total	9,6	11,4	17,2	16,9	16,3	13,5	12,9	11,8
	15-24	13,9	22,1	30,2	32,9	33,8	28	31,7	29,5
	25-44	7,8	11,1	15,3	16	14,2	11,3	10	10,1
	45-64	5	2,4	8,9	6,6	8,7	8,3	5,4	5
	65+	1,3	0,5	5,6	4,5	1	0,3	5,8	0
Feminino	Total	12,1	13,2	16,4	15,7	15,2	11,2	17,4	12,8
	15-24	25,2	33,5	34,6	36,8	38,5	29,5	52,6	36,4
	25-44	10,1	11,2	14,8	14,8	13,4	11,4	13,8	10,7
	45-64	4,3	2,3	6,1	3,9	4	1,8	2,4	4,6
	65+	0,7	3,1	0,4	3,7	0	0,8	0	1,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

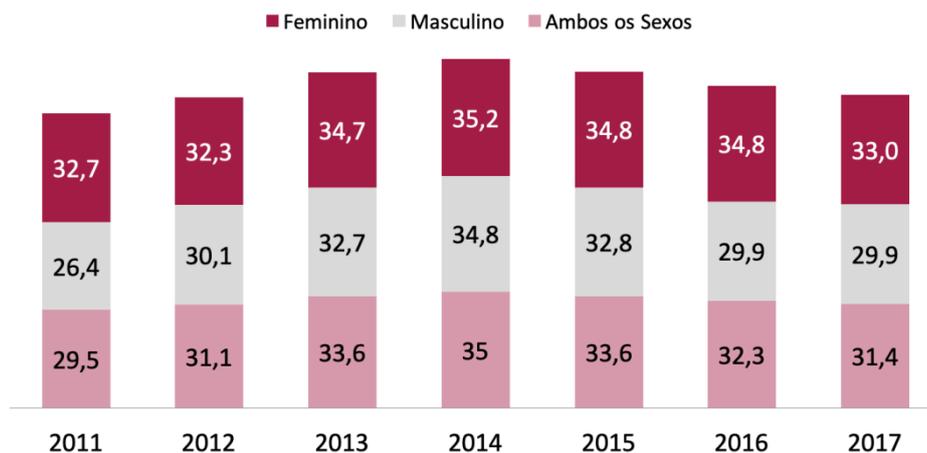
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação.

Indicador 8.6.1. Taxa de jovens (dos 15 aos 24 anos) não empregados que não estão em educação ou formação



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Segundo o gráfico, o ano de 2014 registou a taxa mais alta de jovens dos 15 aos 24 anos que não estavam em educação ou formação - 35%, da qual 35,2% eram do sexo feminino e 34,8% do sexo masculino. De 2015 a 2017, a taxa foi diminuindo, situando-se, em 2017, nos 31,4%, em que a taxa dos jovens do sexo feminino é sempre mais elevada em relação aos do sexo masculino, 33% e 29,9% respetivamente.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.7. Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

Indicador 8.7.1. Número e percentagem das crianças de 5-17 anos por sector de atividade segundo o sexo, meio de residência e domínio

Categoria	Sexo	Unidade	Ano: 2013
Primário Agricultura e Pesca	Masculino	Nº	5315
		%	77,3
	Feminino	Nº	2830
		%	70,0
Secundário - indústria e água	Masculino	Nº	370
		%	5,4
	Feminino	Nº	189
		%	4,7
Comércio	Masculino	Nº	334
		%	4,9
	Feminino	Nº	256
		%	6,3
Terciário - Atividades domésticas	Masculino	Nº	618
		%	9
	Feminino	Nº	630
		%	15
Outros Serviços	Masculino	Nº	236
		%	3,4
	Feminino	Nº	135
		%	63,3
Total	Masculino	Nº	6873
		%	100
	Feminino	Nº	4040
		%	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.8. Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

Indicador 8.8.1. Percentagem de acidentes de trabalho mortais e não mortais, por sexo

Os dados referentes a esse indicador foram disponibilizados pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT) cujas principais fontes de dados foram as seguradoras (dados relativos apenas aos trabalhadores segurados) e o inquérito sobre Acidentes de Trabalho da IGT relativo aos acidentes mortais e muito graves. Segundo a tabela seguinte, em 2017, dos 252 acidentes de trabalho ocorridos, 7 foram fatais e 245 não fatais.

Categoria	Desagregação	Unidade	Ano 2017
	Total		252
Acidentes de Trabalho por Fatalidade	Fatais	Nº	7
	Não Fatais		245
Acidentes Fatais	Feminino	%	0%
	Masculino		100%
AT Setor Construção Civil	Feminino		0
	Masculino		50
AT Setor Comércio	Feminino		14
	Masculino		18
AT Setor Hotelaria/Restauração	Feminino		20
	Masculino		20
AT Setor Indústria	Feminino		31
	Masculino		29
AT Setor Metalurgia	Feminino	Nº	0
	Masculino		24
AT Setor Serviços	Feminino		13
	Masculino		22
AT Setor Transportes	Feminino		1
	Masculino		6
AT Setor Agricultura	Feminino		0
	Masculino		1
AT Setor Outros	Feminino		0
	Masculino		3

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho (IGT)

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.8.2. Nível de cumprimento nacional dos direitos laborais (liberdade de associação e de negociação coletiva) emanados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da legislação nacional, por sexo e condição de migração.

Para esse indicador que embora seja da classificação III (sem metodologia disponível e sem dados disponíveis), apresentam-se os dados da Direção Geral do Trabalho (DGT) referentes ao número de conciliações (contenda laboral) realizadas e número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta). São dados administrativos recolhidos junto das delegações da DGT representada nas ilhas.

Número de Conciliações (Contenda laboral)

Categoria	Série		
	2016	2017	2018*
Com acordo	219	176	51
Sem acordo	358	112	20
Pendentes	77	124	47
Pré-aviso de greve	28	19	4

Obs.: (*) Os dados são referentes ao 1º trimestre 2018

Fonte: Direção Geral do Trabalho (DGT)

Conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

Categoria	Série		
	2016	2017	2018*
Acordados despedimentos Individuais	219	176	51
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	3

Obs.: (*) Os dados são referentes ao 1º trimestre 2018

Fonte: Direção Geral do Trabalho (DGT)

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

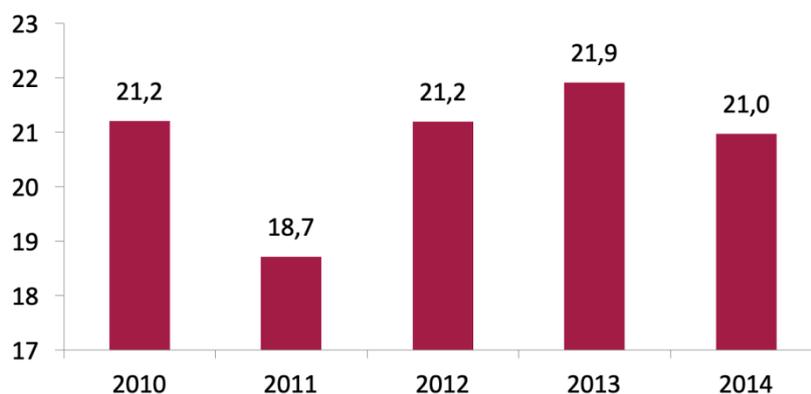
Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que crie emprego e promova a cultura e os produtos locais.

Indicador 8.9.1. Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação

Indicador 8.9.1. Proporção do turismo no PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 8.9.2. Percentagem de empregos nos ramos de atividade relacionados com turismo sustentável, no emprego total do turismo

Indicador 8.9.2. Proporção de empregados na actividade do turismo no setor empresarial



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Meta 8.10. Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

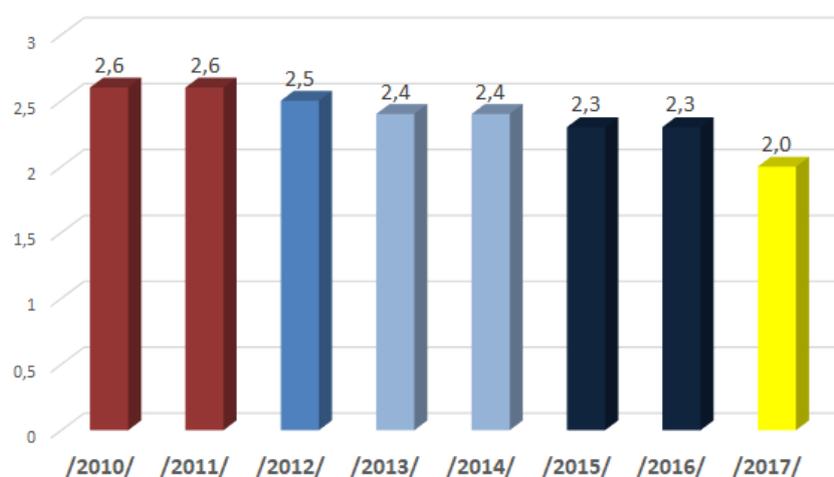
Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.10.1 (a). Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos

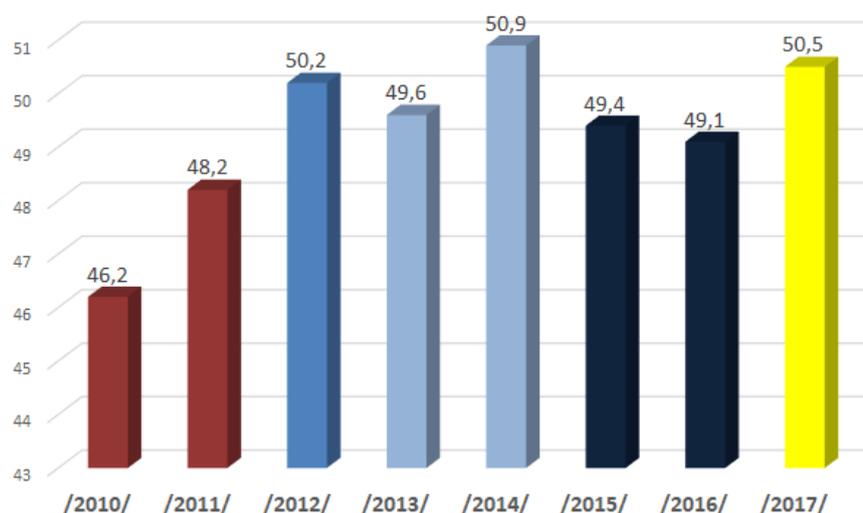
Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

Indicador 8.10.1 (a). Número de bancos comerciais por 100 000 adultos



Fonte: Banco de Cabo verde (BCV)

Indicador 8.10.1. (b) Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos



Fonte: Banco de Cabo verde (BCV)

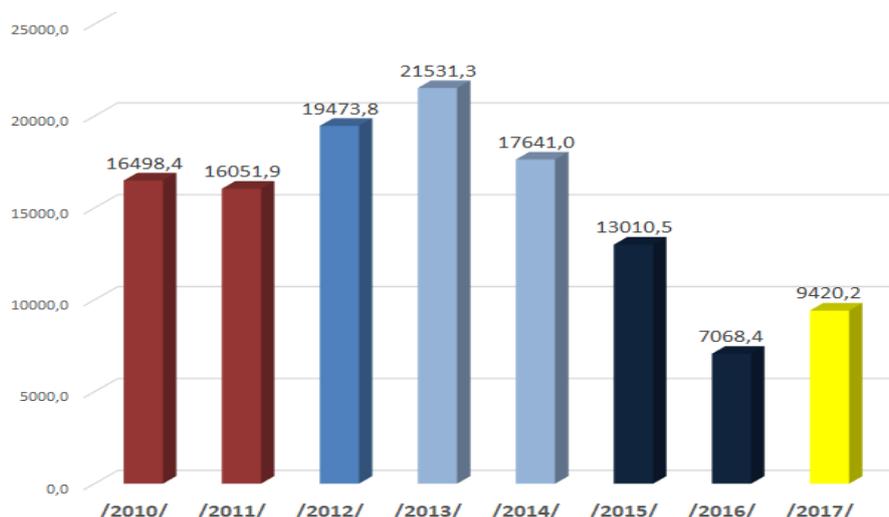
Meta 8.a. Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.a.1. Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio



Fonte: Ministério de Finanças/DNOCP

Meta 8.b. Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indicador 8.b.1. Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego.

Esse indicador, sendo da classificação III (indicadores sem metodologia elaborada e dados disponíveis), disponibiliza as informações da Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais referentes às políticas de emprego traçadas pelo governo para cada ano.

- Programa nacional de estágios profissionais;
- Programa de estágios profissionais empresariais
- Programa de estágios profissionais na administração pública;
- Carta de política integrada educação, formação e emprego;
- Programa de apoio a estratégia nacional para a criação de emprego da OIT;
- Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa;
- Programa de emprego, empregabilidade e inserção da OIT;
- Plano nacional de emprego;
- Plano nacional de ação para emprego jovem;
- Programa de star Up jovens e microempreendedorismo jovens;

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



- Fundo de promoção de emprego e formação;
- Programa de aprendizagem jovem;
- Orientação Vocacional de Profissional;
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- Dupla Certificação;
- Equivalência Profissional;
- Carteiras Profissionais.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Meta 9.1. Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando o acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Indicador 9.1.2. Volumes de passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte.

Modalidades	Série							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Movimento de passageiros (ENAPOR)	647 379	817 608	773 869	760267	797687	756915	813687	825562
Movimentos de cargas ou mercadorias (ENAPOR)	1561325	1747770	1579761	132271	1627573	1674783	1802647	2332097
Movimento de passageiros (ASA)	1700702	1895101	1969883	1905355	1915285	1986882	2215892	2649231
Movimentos de cargas ou mercadorias (ASA)	3660550	4001644	3217088	372902	3323358	2831753	2 737 994	2 127 108
Movimentos de Correios (ASA)	346 978	326 651	267 496	286 225	335 340	318 037	317 464	391341
Movimentos de passageiros (DGVSR)					8971981	12120438	14978375	16686066

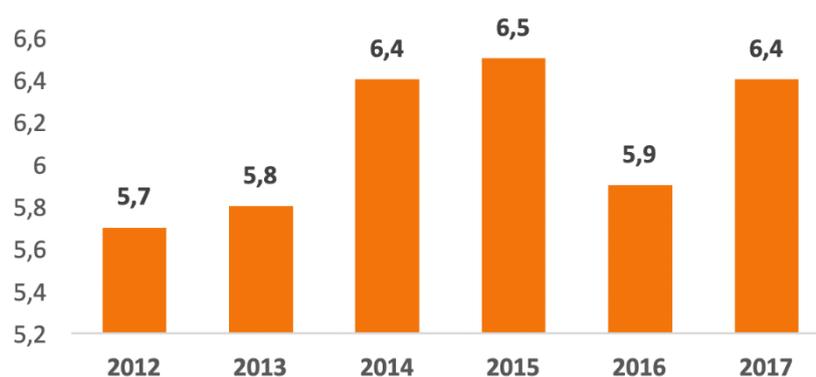
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A tabela acima, demonstra que, com a exceção do movimento de cargas ou mercadorias (ASA), os transportes de passageiros e mercadorias registaram aumentos em 2017 relativamente ao ano 2016. Nota-se um acréscimo de cerca de 20% no transporte aéreo de passageiro.



Meta 9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos.

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

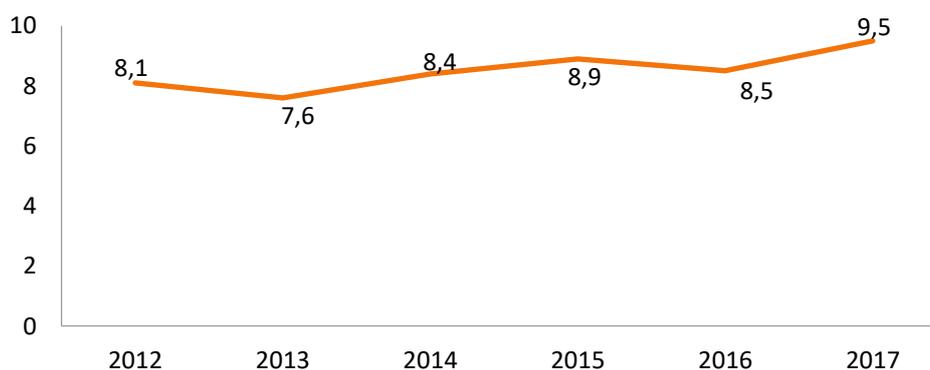


P-Provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 5,9% em 2016 para 6,4% em 2017.

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total



Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IMC

Constata-se igualmente que o emprego no sector da indústria transformadora, em percentagem do emprego total, observa um acréscimo em 2017 comparativamente ao ano 2016.



Meta 9.4. Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos, com todos os países atuando de acordo com as suas respectivas capacidades.

Indicador 9.4.1. Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado (Ano 2010)

Milhões de escudos	2247,13905
Milhões de Dólares	213,763597

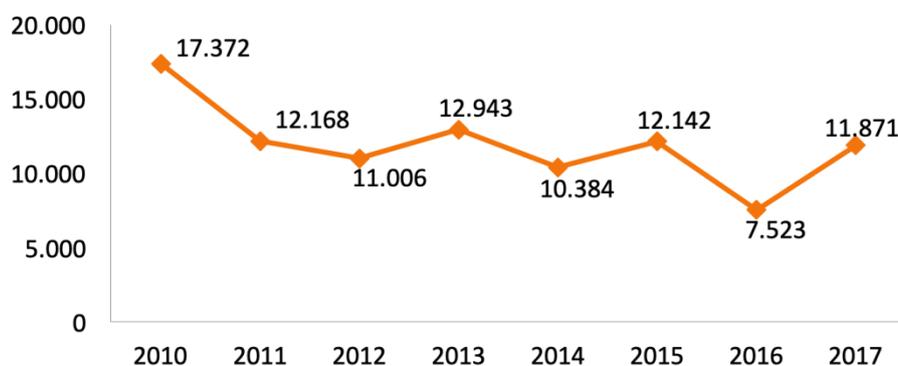
Fonte: DNICE - Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia

O indicador 9.4.1, refere-se apenas ao ano 2010, e é disponibilizado em milhões de escudos e em milhões de dólares. A metodologia de cálculo utilizada é a de Emissões Totais CO2/ PIB (kg CO2/ milhões de escudos) e Emissões Totais CO2/ PIB (t CO2/ milhões de dólares) respetivamente.

Meta 9.a. Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Indicador 9.a.1. Total de apoio internacional oficial (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (milhões de escudos)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Segundo os dados do Banco de Cabo Verde, em 2017, a ajuda pública ao investimento atingiu 11 871 milhões de escudos, registando um acréscimo de 57,8% face a 2016.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

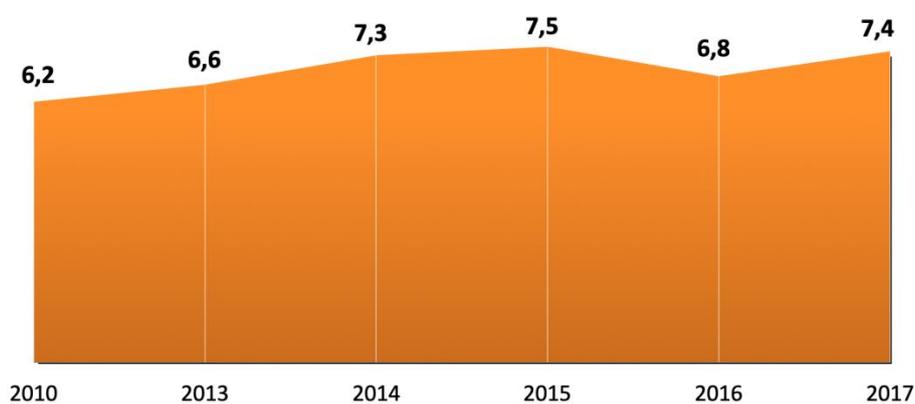
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Meta 9.b. Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nos países em desenvolvimento, incluindo a garantia de um ambiente político propício para, inter alia, a diversificação industrial e adicionar valor às matérias-primas.

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total

Indicador 9.b.1. Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)



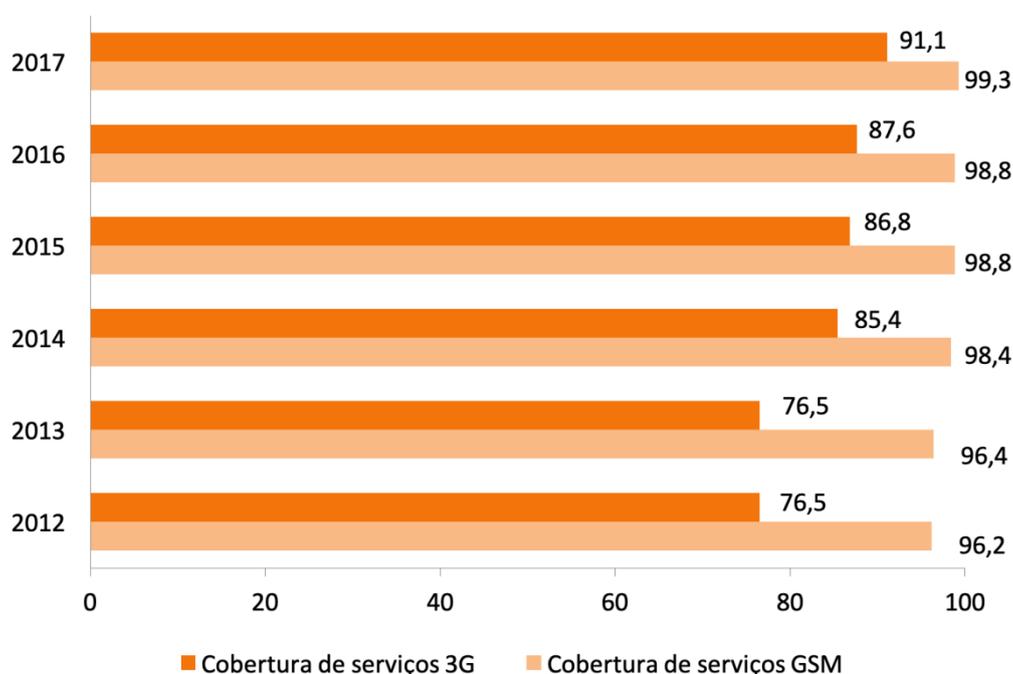
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Dados do INE demonstram que o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, registou uma evolução crescente entre 2010 e 2015, constatando-se uma diminuição em 2016 e, aumento em 2017.

Meta 9.c. Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e envidar esforços para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.



Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia



Fonte: Agência Nacional de Comunicações (ANAC)

Segundo a Agência Nacional de Comunicações, de 2012 a 2017, o acesso às tecnologias de informação e comunicação através da cobertura da rede móvel, em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) ou serviços 3G, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De acordo com o gráfico acima, em 2017, 99,3 % da população esteve coberta com serviços GSM enquanto que 91,1% com serviços 3G, um aumento significativo em comparação com o ano de 2012 que foram de 96,2 e 76,5 respetivamente.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Meta 10.1. Até 2030, progressivamente alcançar e manter, de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento per capita entre os 40% da população com menores recursos e a população total.

Evolução da despesa total anual média, por agregado familiar e por pessoa (em escudos CVE) e a taxa de crescimento anual. Cabo Verde, IDRF 2001/02 e IDRF 2015.

	Despesas médias anuais por agregado			Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	2001/02	2015	TCA ^[1]	2001/02	2015	TCA ^[1]
			2002 - 2015			2002 - 2015
Cabo Verde	487 792	667 291	2,4%	98 719	166 219	4,1%
Meio de Residência						
Urbano	629 773	755 402	1,4%	131 877	198 618	3,2%
Rural	299 533	480 971	3,7%	58 037	107 802	4,9%

[1] Taxa de Crescimento Anual

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

Obs: A taxa de crescimento anual não é de 40%.

O nível das despesas de consumo registou um crescimento de 68,4%, passando de 98.719, em 2002, para 166.219 escudos, em 2015, a uma taxa média anual de 4,1%.

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Indicador 10.2.1. Efetivos da população, da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%) segundo o meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015.

	Efetivos			Distribuição percentual (%)		
	População Total	Pobres	Muito Pobre	População Total	Pobres	Muito Pobre
Cabo Verde	511 217	179 909	54 395	100,0	100,0	100,0
Meio de residência						
Urbano	328 815	91 384	17 360	64,3	50,8	31,9
Rural	182 402	88 524	37 036	35,7	49,2	68,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Indicador 10.2.1. Efetivos da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo sexo, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015.

	População Pobre			População Muito Pobre		
	Total Efetivos	Homem (%)	Mulher (%)	Total Efetivos	Homem (%)	Mulher (%)
Cabo Verde	179 909	47,1	52,9	54 395	46,4	53,6
Meio de residência						
Urbano	91 384	47,3	52,7	17 360	46,4	53,6
Rural	88 524	46,9	53,1	37 036	46,4	53,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-IDRF 2015

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179.909 pessoas são consideradas pobres. Ou seja, vivem com um consumo médio anual, por pessoa, abaixo do limiar da pobreza fixado no meio urbano, no valor de 95.461 escudos (262 escudos diários) e, no meio rural, no valor de 81.710 escudos (224 escudos diários), valor estimado como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e necessidades de bens e serviços não alimentares.

Geograficamente, observou-se que a pobreza é mais acentuada no meio rural, onde é notória uma diminuição da população, em consequência do êxodo para o meio urbano, ao longo dos anos. Atualmente, a população no meio rural representa 35,7% da população total e quase metade da sua população residente (88.524) é considerada como pobre, o que equivale a uma incidência da pobreza na ordem dos 49%. Os pobres do meio rural representam 49,2% do total dos pobres a nível nacional. No meio urbano, a incidência da pobreza fixa-se em 27,8% e atinge 91.384 pessoas.

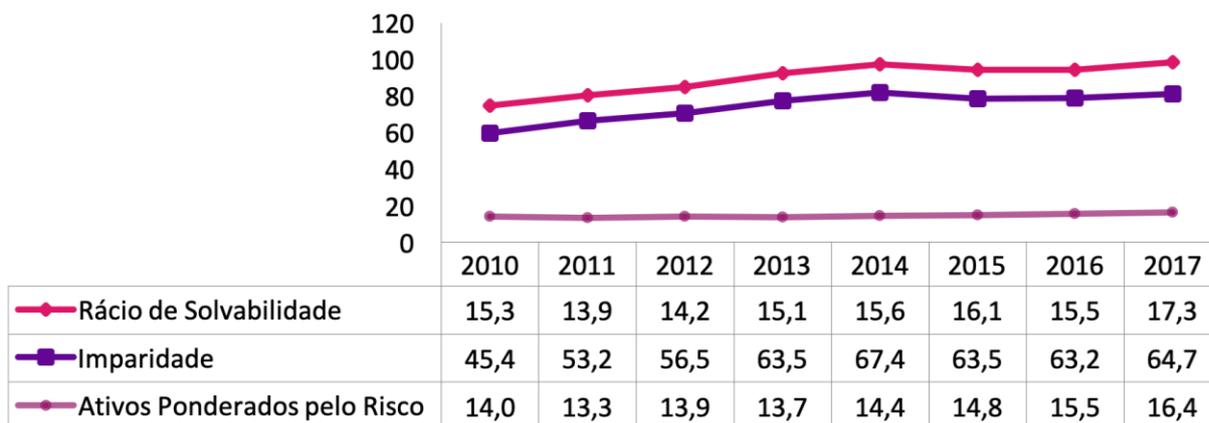
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Meta 10.5. Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira (%)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Meta 10.b. Incentivar a ajuda pública ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais.

Indicador 10.b.1. Fluxos de recursos totais para desenvolvimento, por países receptores e doadores e tipo de fluxo (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos)

Indicador 10.b.1. Ajuda pública ao desenvolvimento, Investimento Directo Estrangeiro no país e remessas de emigrantes (correntes e capitais)

Indicadores	Série							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ajuda pública ao Desenvolvimento	17372	12168	11006	12943	10384	12142	7523	11871
Investimento Direto Estrangeiro no País.	13241	12823	10777	5 777	14982	10008	12161	10611
Remessas de emigrantes (correntes e capitais).	11726	14928	15143	14534	16265	19819	19921	18827

Fonte: Banco de Cabo Verde (Fluxos em milhões de CVE)



Meta 11.6. Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, prestando, inclusivamente, especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos.

Indicador 11.6.1. Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados pelas cidades.

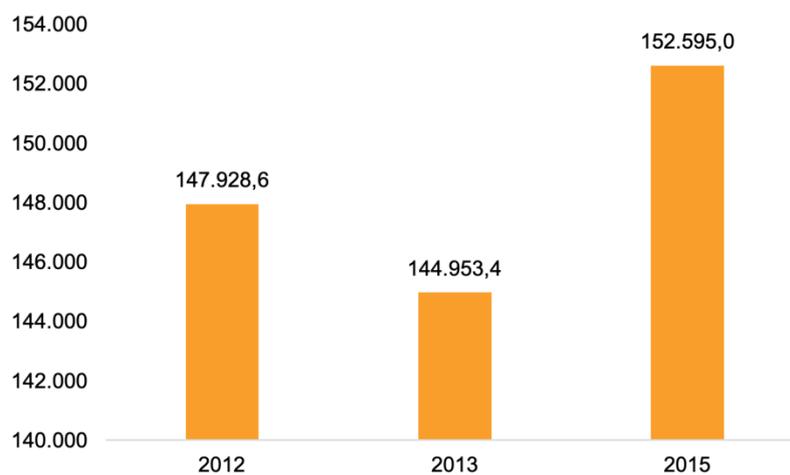
Indicador 11.6.1. Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos, por concelhos (2015).

	Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos
Cabo Verde	170 636
Ribeira Grande	3 141
Paul	862
Porto Novo	4 175
S. Vicente	37 588
Ribeira Brava	1 689
Tarrafal de S. Nicolau	1 051
Sal	12 119
Boa Vista	6 086
Maio	1 359
Tarrafal	3 455
Santa Catarina	12 151
Santa Cruz	4 708
Praia	63 210
S. Domingos	2 556
S. Miguel	2 626
S. Salvador do Mundo	1 242
S. Lourenço dos Órgãos	1 297
Ribeira Grande de Santiago	1 433
Mosteiros	1 927
S. Filipe	762
Santa Catarina do Fogo	6 189
Brava	1 010

Fonte: Agência Nacional Água e Saneamento



Indicador 11.6.1. Total de resíduos urbanos recolhidos (2012, 2013 e 2015)



Em 2012 e 2013, os dados foram estimados e são apenas referentes aos Resíduos Urbanos recolhidos pelas entidades gestoras, ou seja, não abrangem os Resíduos Urbanos recolhidos por outras entidades.

Fonte (2012 e 2013): INE, Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Fonte: Agência Nacional Água e Saneamento

14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Meta 14.3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

Indicador 14.3.1. Acidificação do oceano (pH médio) medida num conjunto representativo de estações de amostragem.

Indicador	2010
Físico-químico (média)	8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Meta 14.4. Até 2020, regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.

Indicador 14.4.1. Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira dentro dos limites biológicos sustentáveis.

Indicador	Valor	Ano 2010
Potencial haliêutico (Toneladas)	Mínimo	36000
	Máximo	44000

Fonte: Banco de Cabo Verde

15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Meta 15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Indicador 15.1.1 Proporção do território que é área florestal

Indicador	Ano 2011
Área coberta por floresta	13,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.1.2 Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Indicador	Modalidade	2015
Proporção das áreas protegidas	Terrestre	18,19
	Marinha	5,6

Fonte: Direção Nacional do Ambiente/ Ministério da Agricultura e Ambiente

Meta 15.3. Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Indicador 15.3.1. Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)

Indicador	Série				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)	73	12,44	437	278,4	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

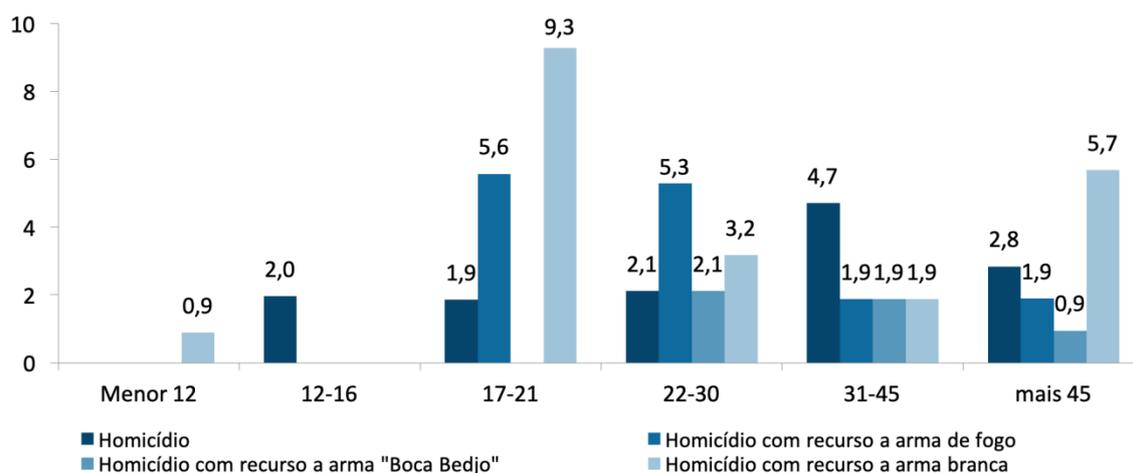
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Meta 16.1. Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares.

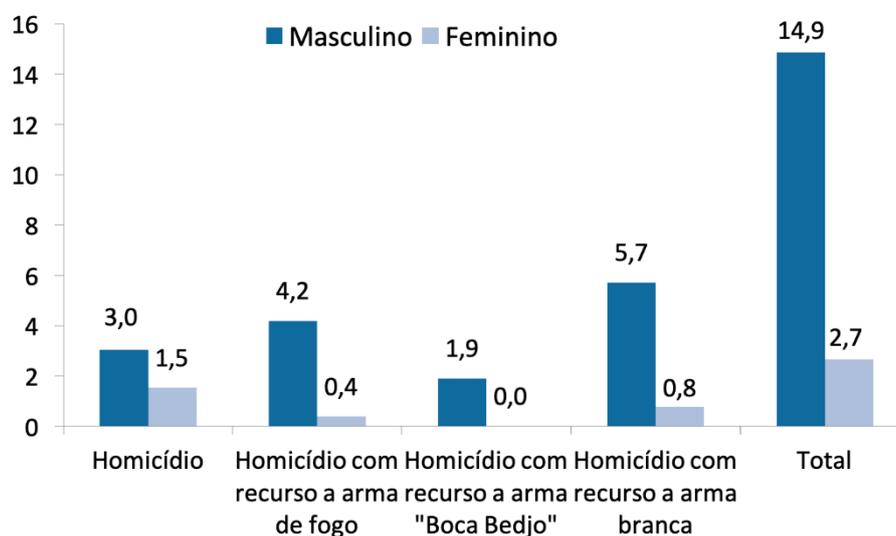
Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por grupo etário



Fonte: Ministério da administração interna-Dados administrativos

De acordo com o gráfico acima, o número total de vítimas de homicídio voluntário entre as faixas etárias de menor de 12 anos foi 0,9, de 12 a 16 de 2,0 de 17 a 21 de 16,7, de 22 a 30 de 12,7, de 31 a 45 de 10,3, de mais de 45 anos de idade de 17,4.

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por sexo.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Fonte: Ministério da administração interna-Dados administrativos

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

2013	2016
4,1	5,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Durante o dia	2013	2016
Durante a noite	84,4	81,4
	44,0	51,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

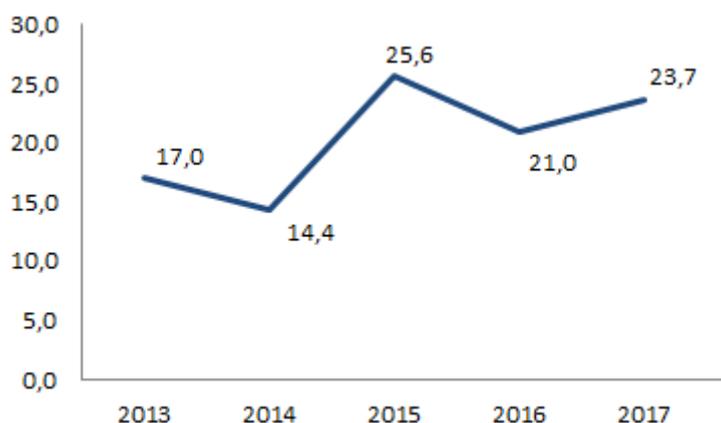
Meta 16.3. Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência, nos últimos 12 meses, que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

2013	2016
45,8	52,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Meta 16.5. Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

2013	2016
1,5	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Meta 16.6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis.

Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

2013	2016
56,3	60,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança (2013 e 2016)

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Meta 16.7. Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, seja responsável, inclusiva, participativa e representativa.

Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

		Média Nacional	17,4%
2013	Sexo	Mas	16,7%
		Fem	18,0%
Faixa Etária	[18-24 anos]	9,1%	
	[25-34 anos]	16,2%	
	[35-44 anos]	17,3%	
	[45-54 anos]	18,1%	
	[+ 55 anos]	31,8%	

		Média Nacional	15,7%
2016	Sexo	Mas	15,6%
		Fem	15,7%
Faixa Etária	[18-24 anos]	5,6%	
	[25-34 anos]	12,7%	
	[35-44 anos]	19,3%	
	[45-54 anos]	17,4%	
	[+ 55 anos]	22,3%	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança (2013 e 2016)

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Meta 16.9. Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento.

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade, Cabo Verde, 2011 - 2017.

Categoria		Ano						
Sexo	Idade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Masculino	0	106,2	100,6	92,6	92,7	91,3	88,5	93,6
	1	105,8	106,2	100,6	92,4	92,7	91,2	88,5
	2	99,0	105,8	106,3	100,7	92,5	92,6	91,3
	3	102,1	99,4	105,9	106,4	100,8	92,8	92,7
	4	97,6	102,3	99,6	106,5	106,8	101,2	93,1
	total < 5anos	102,1	102,9	100,9	99,6	96,7	93,2	91,8
Feminino	0	106,6	98,1	93,2	93,6	94,8	94,8	93,2
	1	100,2	106,7	98,0	93,1	93,6	94,8	94,7
	2	99,0	100,3	106,8	98,1	93,2	93,6	94,8
	3	96,8	99,1	100,3	106,9	98,2	93,3	93,6
	4	95,4	97,1	99,4	100,7	107,2	98,6	93,7
	total < 5anos	99,5	100,2	99,5	98,4	97,3	95,0	94,0
Total	0	106,4	99,4	92,9	93,1	93,0	91,6	93,4
	1	103,0	106,4	99,4	92,8	93,1	93,0	91,5
	2	99,0	103,0	106,5	99,5	92,8	93,1	93,0
	3	99,4	99,2	103,1	106,6	99,5	93,0	93,1
	4	96,5	99,7	99,5	103,6	107,0	99,9	93,4
	total < 5anos	100,8	101,5	100,2	99,0	97,0	94,1	92,9

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

Fonte: INE,DEDS/Dados compilados de Registos Notariado e Identificação

Meta 16.b. Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação, proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

2013	2016
27,4	31,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança (2013 e 2016)

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

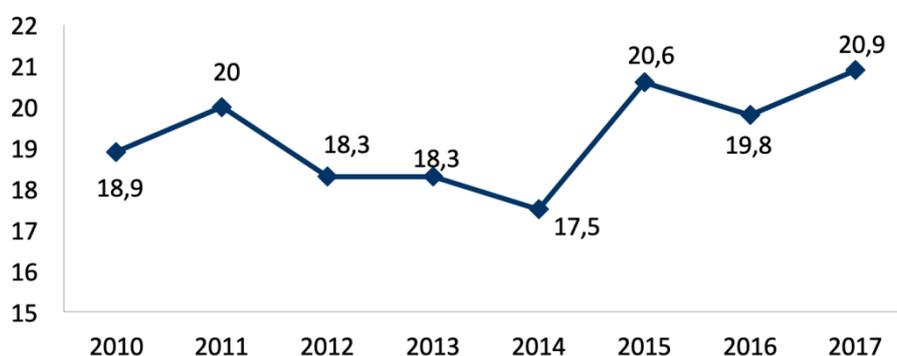
Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.1. Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (Obs: 2016 e 2017 são provisórios)

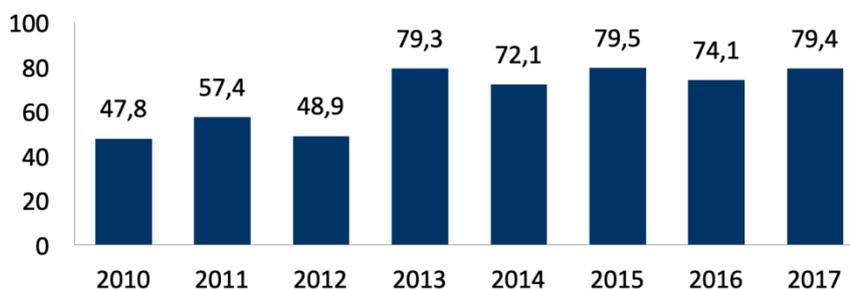


Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança (2013 e 2016)

A receita fiscal em 2017 foi de cerca de 21% do Produto Interno Bruto, sendo que em 2016 foi de cerca de 20%. Constata-se que entre 2010 e 2017, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa.

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente



Fonte: Instituto Nacional de Estatística-Inquérito sobre Governança Paz e Segurança (2013 e 2016)

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

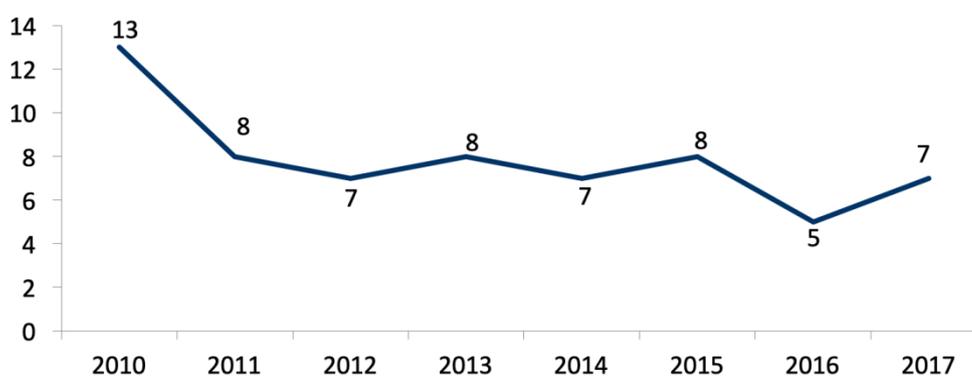


De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 79,4% em 2017, aumentando relativamente a 2016 que foi de 74,1%.

Meta 17.3. Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

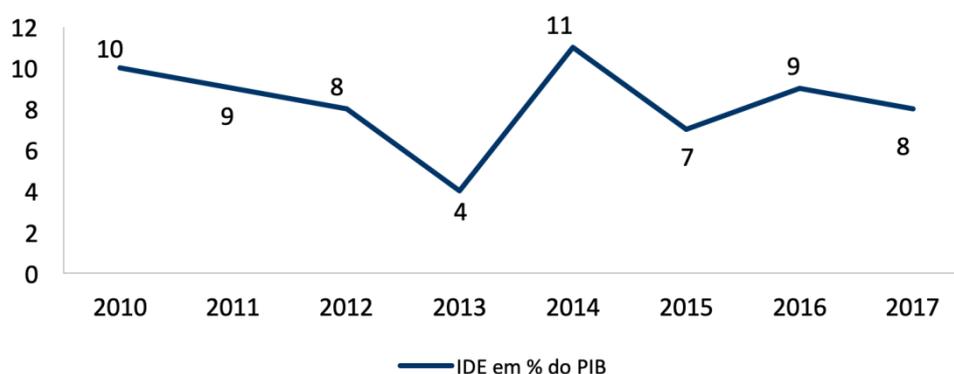
Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

Indicador 17.3.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB



Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.1. IDE em % do PIB



Fonte: Banco de Cabo Verde

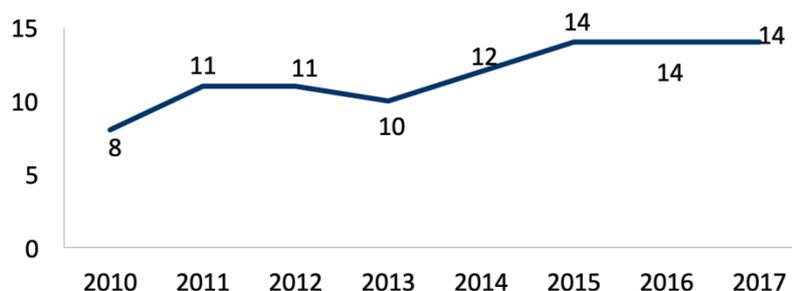
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

Indicador 17.3.2. Remessas de Emigrantes em % do PIB



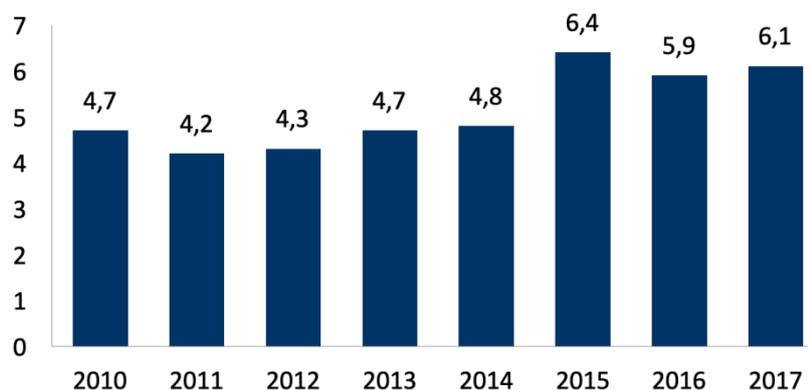
Fonte: Banco de Cabo Verde

As remessas de emigrantes em percentagem do PIB, manteve-se no mesmo nível entre 2015 e 2017, situando em 14% do Produto Interno Bruto.

Meta 17.4. Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e abordar a questão da dívida externa dos países pobres altamente endividados, de forma a reduzir o sobreendividamento.

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

Indicador 17.4.1. Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços



Fonte: Banco de Cabo Verde

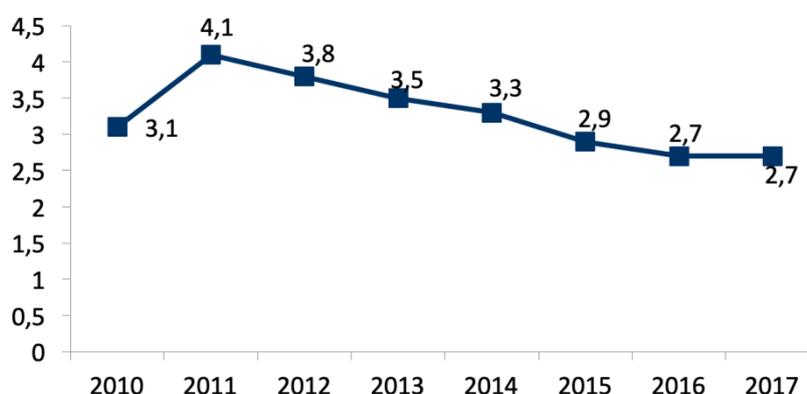
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.6. Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente ao nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).



Fonte: Agência Nacional de Comunicações (ANAC)

Meta 17.8. Operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

Indicador 17.8.1. Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Ambos os sexos)

	AMBOS OS SEXOS					
	Total	Grupo etário análise				
		10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	506 127	104 784	103 076	79 809	134 721	31 409
POPULAÇÃO QUE USOU INTERNET NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES						
EFETIVOS	168136	13876	69813	47512	35713	1222
%	33,2	13,2	67,7	59,5	26,5	3,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.8.1. Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Sexo Masculino)

	Masculino					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	242 588	51 582	51 710	39 693	61 116	11 680
POPULAÇÃO QUE USOU INTERNET NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES						
EFETIVOS	84824	6789	34864	23529	18917	725
%	35,0	13,2	67,4	59,3	31,0	6,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 17.8.1. Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Sexo Feminino)

	Feminino					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
TOTAL POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS	263 539	53 202	51 366	40 116	73 605	19 729,23
POPULAÇÃO QUE USOU INTERNET NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES						
EFETIVOS	83312	7087	34949	23984	16796	497
%	31,6	13,3	68,0	59,8	22,8	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Segundo o INE, em 2017, a proporção da população com 10 anos ou mais que utilizou internet foi de 59,3% , registando um forte aumento face a 2016.

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

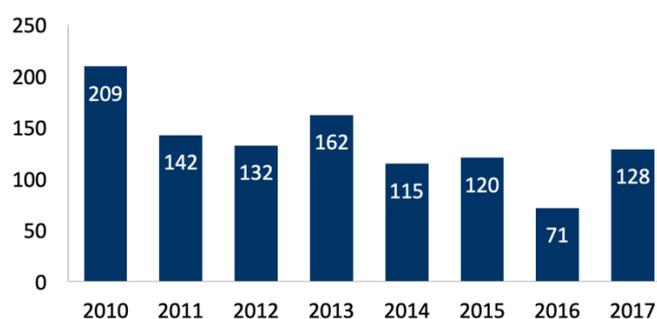
Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.9. Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões)



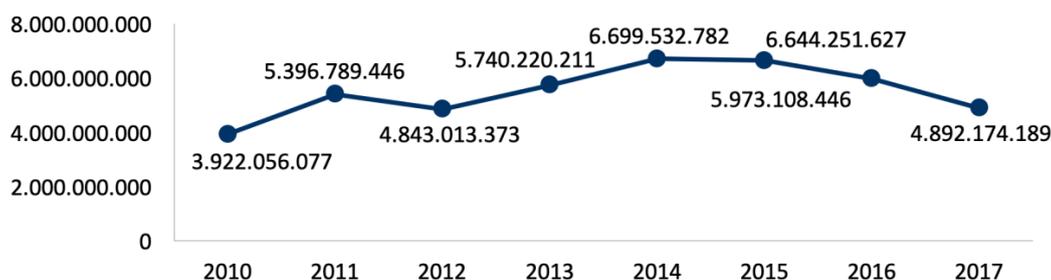
Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

A ajuda pública ao desenvolvimento em milhões de dólares, registou um aumento significativo em 2017, passando de 71 milhões de dólares, em 2016, para 128 milhões de dólares, em 2017.

Meta 17.11. Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais proveniente dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Indicador 17.11.1. Exportação de mercadorias (em EVC)



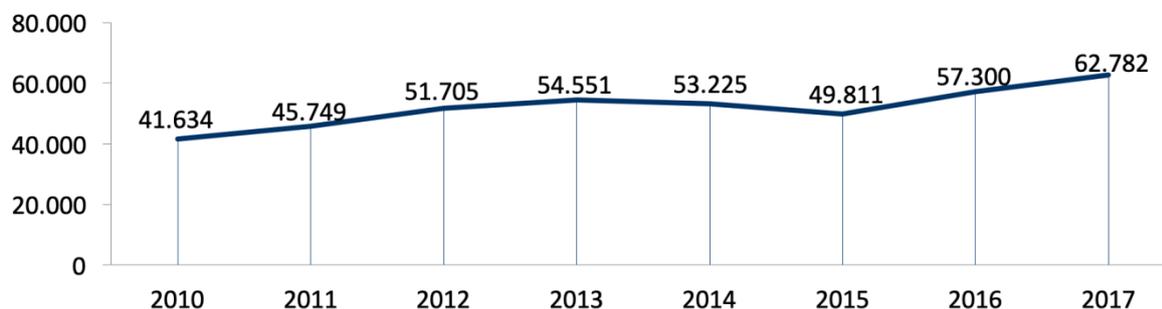
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.11.1. Exportação de serviços (em milhares de contos EVC)



Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Dados do Banco de Cabo Verde, indicam que de 2015 a 2017 a exportação de serviços em milhares de contos caboverdianos tem vindo sempre a aumentar, de 49.811, em 2015, a 62.782, em 2017.

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.13. Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas.

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2013	2014	2015	2016	2017
Sector Monetário e Financeiro						
Massa Monetária	taxa variação em %	10,5	7,8	5,9	8,4	6,6
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	37,7	22,2	13,4	18,6	2,5
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,3	2,8	2,2	3,7	6,3
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,2	61,1	61,1	61,5	62,9
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	78,6	85,6	88,6	94,3	96,4
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	28,4	30,4	31,4	31,9	30,1
Taxas de Câmbio						
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,1	104,5	102,4	102,7	103,0
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	115,8	114,0	131,8	129,7	128,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	83,1	99,4	99,7	97,9
Sector Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,4	-8,7	-2,0	-2,2	-5,9
Balança Corrente	em % do PIB	-5,8	-9,1	-3,2	-3,0	-6,8
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	9,5	10,5	12,5	12,2	11,0
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	21,7	20,8	20,6	21,4	23,6
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	3,8	9,7	6,3	7,4	6,2
Reservas/Importações	meses	4,8	5,4	6,7	7,2	5,9
Finanças Públicas						
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1
Saldo Global Primário	em % do PIB	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	78,3	89,0	97,0	97,5	91,1
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	24,2	26,9	29,0	32,4	33,0

Notas:

¹ Os valores do PIB para 2016 e 2017 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴ Resultado Global incluindo Donativos

⁵ Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora alguns constrangimentos encontrados na recolha dos indicadores que fizeram com que não tivéssemos dados referentes a três (3) objetivos, o presente relatório permite às entidades nacionais tirar ilações sobre o estado de cumprimento relativamente aos indicadores ODS 2030 para o ano 2017.

Disponibiliza, assim, um conjunto de indicadores para os catorze (14) objetivos, estando em falta dados para os objetivos 2, 12 e 13.

Os indicadores referentes ao objetivo 3, “Saúde de Qualidade”, demonstram uma queda significativa nas taxas de mortalidade materna, dos recém-nascidos e em crianças menores de cinco anos e melhorias, de uma forma geral, nos indicadores relacionados com a saúde e bem-estar das pessoas.

Constatou-se ainda melhoramento nos indicadores económicos e, conseqüentemente, uma redução da taxa de desemprego no país.

No que concerne à educação, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico contempladas com eletricidade em 2017 (percentual sobre o total de escolas) foi de 76,5%. Regista-se que 40,8% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos; no entanto apenas 9,5% possuem internet para o mesmo fim. Quanto às instalações sanitárias, 98,5% possuem-nas e 97,1% têm acesso a água potável.

Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam ainda que, em 2017, a proporção da população com 10 anos ou mais que utilizou internet foi de 59,3%, registando-se um forte aumento face a 2016. Ainda de acordo com dados disponibilizados, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 79,4% em 2017, um acréscimo de 5,3 pontos percentuais em relação a 2016 que foi de 74,1%.

Doravante todos os anos, o INE conta apresentar um relatório estatístico, facultando, assim, aos utilizadores e às entidades com a responsabilidade de fazer o seguimento e avaliação dos ODS um instrumento para avaliar com rigor o grau de cumprimento do país no que tange aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.